

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	5
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	6
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	7
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	9
--------------------------	---

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	64
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	62.014.855
Preferenciais	0
Total	62.014.855
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	1.064.497	1.097.296
1.01	Ativo Circulante	802.452	849.518
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	230.076	380.875
1.01.03	Contas a Receber	185.043	143.253
1.01.03.01	Clientes	129.287	105.097
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	55.756	38.156
1.01.04	Estoques	365.144	306.912
1.01.06	Tributos a Recuperar	22.189	18.478
1.02	Ativo Não Circulante	262.045	247.778
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	44.374	55.393
1.02.01.03	Contas a Receber	1.367	416
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.367	416
1.02.01.06	Tributos Diferidos	38.740	52.416
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	38.740	52.416
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	156	153
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	156	153
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.111	2.408
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	4.111	2.408
1.02.03	Imobilizado	177.734	161.654
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	177.734	159.938
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	0	1.716
1.02.04	Intangível	39.937	30.731
1.02.04.01	Intangíveis	39.937	30.731

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	1.064.497	1.097.296
2.01	Passivo Circulante	364.055	450.415
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	57.311	41.807
2.01.01.01	Obrigações Sociais	8.550	6.903
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	48.761	34.904
2.01.02	Fornecedores	249.820	355.008
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	249.820	355.008
2.01.03	Obrigações Fiscais	12.303	7.618
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	7.011	3.406
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	4.627	3.868
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	665	344
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	25.991	27.368
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	25.991	27.368
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	25.991	27.368
2.01.05	Outras Obrigações	18.630	18.614
2.01.05.02	Outros	18.630	18.614
2.01.05.02.04	Programa de Recuperação Fiscal	1.160	1.033
2.01.05.02.05	Demais Contas a Pagar	17.470	17.581
2.02	Passivo Não Circulante	64.657	79.815
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	53.107	67.457
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	53.107	67.457
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	53.107	67.457
2.02.02	Outras Obrigações	6.499	8.177
2.02.02.02	Outros	6.499	8.177
2.02.02.02.03	Programa de Recuperação Fiscal	3.100	7.145
2.02.02.02.04	Demais Contas a Pagar	3.399	1.032
2.02.04	Provisões	5.051	4.181
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.051	4.181
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	291	221
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.474	1.951
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.286	2.009
2.03	Patrimônio Líquido	635.785	567.066
2.03.01	Capital Social Realizado	554.816	532.431
2.03.01.01	Capital Social	571.936	548.606
2.03.01.02	Gastos com Emissão de Ações	-17.120	-16.175
2.03.02	Reservas de Capital	38.084	37.666
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	42.885	-3.031

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	583.894	1.618.798	464.214	1.302.908
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-425.313	-1.179.335	-345.783	-969.533
3.03	Resultado Bruto	158.581	439.463	118.431	333.375
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-143.069	-386.942	-107.676	-306.786
3.04.01	Despesas com Vendas	-99.519	-269.897	-75.728	-212.335
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-41.929	-113.615	-30.500	-91.834
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-30.032	-79.154	-20.099	-61.235
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-11.897	-34.461	-10.401	-30.599
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.621	-3.430	-1.448	-2.617
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	15.512	52.521	10.755	26.589
3.06	Resultado Financeiro	3.799	12.144	-7.663	-22.332
3.06.01	Receitas Financeiras	6.127	22.154	716	1.498
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.328	-10.010	-8.379	-23.830
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	19.311	64.665	3.092	4.257
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.016	-18.749	-1.111	-1.571
3.08.01	Corrente	-4.018	-8.158	0	0
3.08.02	Diferido	-2.998	-10.591	-1.111	-1.571
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	12.295	45.916	1.981	2.686
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	12.295	45.916	1.981	2.686
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,20000	0,74000	0,05000	0,07000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,20000	0,74000	0,05000	0,07000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-101.291	11.571
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	102.296	40.733
6.01.01.01	Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	64.665	4.257
6.01.01.02	Provisão Para Perda de Estoque	1.292	1.790
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	34.461	30.599
6.01.01.04	Resultado na Baixa do Ativo Imobilizado e Intangível	709	245
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias Provisonadas	1.232	1.969
6.01.01.06	Provisão Para Contingências	870	775
6.01.01.07	Provisão Para Devedores Duvidosos	-1.351	1.098
6.01.01.08	Outorga de Ações	418	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-187.979	-7.222
6.01.02.01	Contas a Receber	-24.190	-8.986
6.01.02.02	Estoques	-59.524	-33.460
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	-3.711	26.268
6.01.02.04	Outros Ativos	-18.906	-17.603
6.01.02.05	Fornecedores	-102.860	4.285
6.01.02.06	Salários e Encargos Sociais	15.301	15.566
6.01.02.07	Impostos, Taxas e Contribuições	3.875	2.391
6.01.02.08	Outros Passivos	2.036	4.317
6.01.03	Outros	-15.608	-21.940
6.01.03.01	Juros Pagos	-7.450	-21.940
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-8.158	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-61.898	-53.321
6.02.01	Imobilizado	-47.050	-46.423
6.02.02	Intangível	-14.848	-8.963
6.02.03	Aplicações Financeiras Restritas	0	2.065
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	12.418	35.782
6.03.01	Captação de Empréstimos	5.460	45.439
6.03.02	Pagamento de Empréstimos	-14.941	-9.657
6.03.03	Aumento do Capital Social, Líquido dos Gastos com Emissão de Ações	21.899	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-150.771	-5.968
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	380.847	23.018
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	230.076	17.050

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	532.431	37.666	0	-3.031	0	567.066
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	532.431	37.666	0	-3.031	0	567.066
5.04	Transações de Capital com os Sócios	22.385	418	0	0	0	22.803
5.04.01	Aumentos de Capital	23.330	0	0	0	0	23.330
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	-945	0	0	0	0	-945
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	418	0	0	0	418
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	12.890	0	12.890
5.04.08	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-12.890	0	-12.890
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	45.916	0	45.916
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	45.916	0	45.916
5.07	Saldos Finais	554.816	38.084	0	42.885	0	635.785

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	46.280	37.666	0	-4.769	0	79.177
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	46.280	37.666	0	-4.769	0	79.177
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.686	0	2.686
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.686	0	2.686
5.07	Saldos Finais	46.280	37.666	0	-2.083	0	81.863

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	1.666.375	1.339.196
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.666.253	1.340.296
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	122	-1.100
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.282.552	-1.049.692
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-1.179.335	-969.533
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-103.217	-80.159
7.03	Valor Adicionado Bruto	383.823	289.504
7.04	Retenções	-34.461	-30.599
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-34.461	-30.599
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	349.362	258.905
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	22.011	639
7.06.02	Receitas Financeiras	22.011	639
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	371.373	259.544
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	371.373	259.544
7.08.01	Pessoal	203.774	158.820
7.08.01.01	Remuneração Direta	192.073	150.491
7.08.01.04	Outros	11.701	8.329
7.08.01.04.01	Remuneração do Pessoal-Chave	3.693	3.248
7.08.01.04.02	Participação dos Empregados nos Resultados	7.590	5.081
7.08.01.04.03	Outorga de Opções de Ações	418	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	64.609	38.192
7.08.02.01	Federais	43.321	20.451
7.08.02.02	Estaduais	19.108	15.515
7.08.02.03	Municipais	2.180	2.226
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	57.074	59.846
7.08.03.01	Juros	10.024	23.117
7.08.03.02	Aluguéis	47.050	36.729
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	45.916	2.686
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	45.916	2.686



DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS – TERCEIRO TRIMESTRE DE 2011

São Paulo, 10 de novembro de 2011. Raia S.A. (BM&FBovespa: RAIÁ3) anuncia hoje seus resultados referentes ao 3º trimestre de 2011 (3T11). As informações financeiras e operacionais abaixo, exceto onde indicado em contrário, são apresentadas em Reais conforme a Legislação Societária e se referem-se ao mesmo período de 2010.

PRINCIPAIS DESTAQUES DO TRIMESTRE:

- **Lojas:** 384 unidades em operação (24 aberturas e dois fechamentos no período)
- **Receita Bruta:** R\$ 605,1 milhões, crescimento de 25,7% (14,5% mesmas lojas)
- **Margem Bruta:** 26,2% da receita bruta (incremento de 1,6 ponto percentual)
- **EBITDA:** R\$ 27,4 milhões, crescimento de 29,6%
- **Margem EBITDA:** 4,5%, expansão de 0,1 ponto percentual
- **Lucro Líquido:** R\$ 12,3 milhões, equivalente a 2,0% de margem líquida
- **Fluxo de Caixa:** R\$ 40,9 milhões de geração de caixa, R\$ 28,3 milhões em investimentos

RAIA3: R\$24,21/ação

Total de ações: 62.014.855

Valor de mercado: R\$ 1.501 milhão

Fechamento: 9 de novembro de 2011

Contatos de RI:

Eugênio de Zagottis

Leonardo Correa

Corina Steindler

Tel.: +55 11 3165-7858

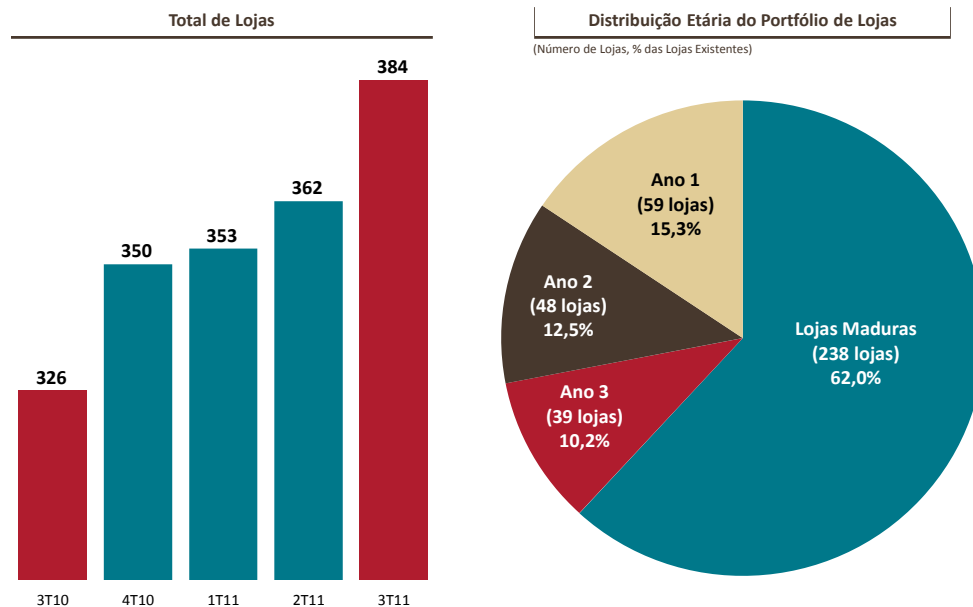
E-mail: ri@drogaraia.com.br

Sumário	1T10	2T10	3T10	4T10	1T11	2T11	3T11
<i>(R\$ mil)</i>							
# de Lojas (final do período)	303	312	326	350	353	362	384
Abertura de Lojas	5	9	15	24	3	10	24
Fechamento de Lojas	1	0	1	0	0	1	2
# de Lojas (média do período)	300	309	321	342	351	358	376
Receita Bruta	415.489	453.965	481.452	509.171	507.084	565.997	605.078
Lucro Bruto	100.293	114.651	118.431	124.814	128.514	152.368	158.581
% da Receita Bruta	0	25,3%	24,6%	24,5%	25,3%	26,9%	26,2%
EBITDA	13.273	22.759	21.156	18.588	22.388	37.185	27.409
% da Receita Bruta	0	5,0%	4,4%	3,7%	4,4%	6,6%	4,5%
Lucro Líquido	(2.493)	3.198	1.981	(948)	10.238	23.383	12.295
% da Receita Bruta	(0)	0,7%	0,4%	(0,2%)	2,0%	4,1%	2,0%
Fluxo de Caixa Operacional	(26.861)	51.035	9.336	41.464	(104.925)	(31.105)	40.901
Investimentos	14.434	17.003	23.949	29.376	16.926	16.663	28.339



EXPANSÃO DA REDE

Encerramos o terceiro trimestre de 2011 com 384 lojas em operação através da inauguração de 24 novas lojas e do fechamento de duas lojas existentes. Aceleramos o ritmo de aberturas e mantivemos 38% de nossas lojas ainda em estágio de maturação ao final do trimestre.



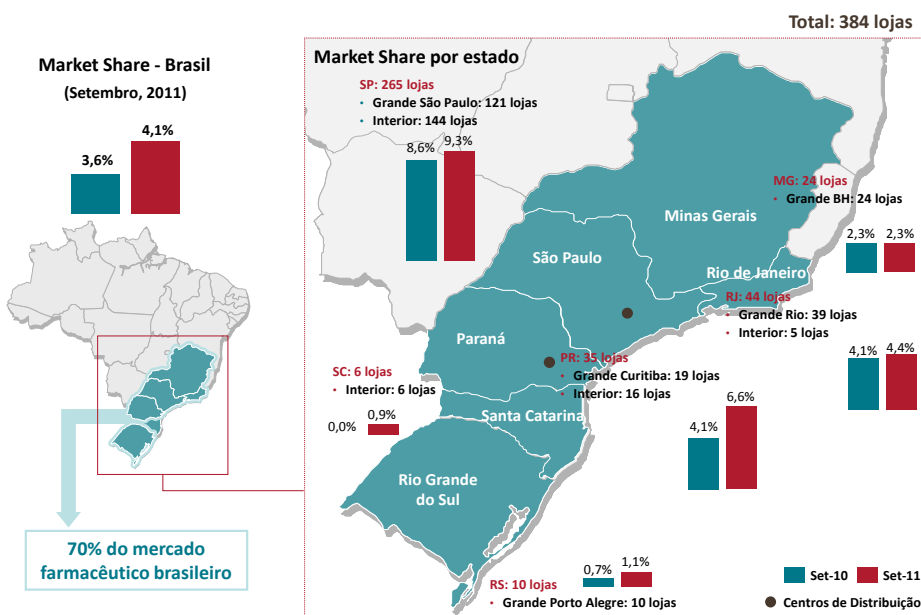
Ao final do trimestre, já havíamos aberto um total de 37 lojas no ano e possuíamos diversas lojas em processo de abertura, o que nos assegura o cumprimento do *guidance* de 60 aberturas brutas em 2011.

Atingimos em setembro de 2011 uma participação de mercado de 4,1% em âmbito nacional, o que representou um incremento anual de participação de 0,5 ponto percentual. Elevamos também o nosso *market share* em quase todos os estados onde atuamos.

Ressaltamos o expressivo ganho de participação no estado do Paraná, onde a nossa expansão bem sucedida para o interior do estado resultou em uma elevação anual de 2,5 pontos percentuais de participação de mercado, bem como um rápido avanço em Santa Catarina, onde encerramos o trimestre com seis lojas em operação e 0,9% de *market share*.

Obtivemos também ganhos importantes de participação em São Paulo, nosso principal mercado. A melhora do nível de estoque em nossas lojas existentes e a qualidade da expansão nesta região refletiu em uma melhora do *market share* de 0,7 ponto percentual neste estado.

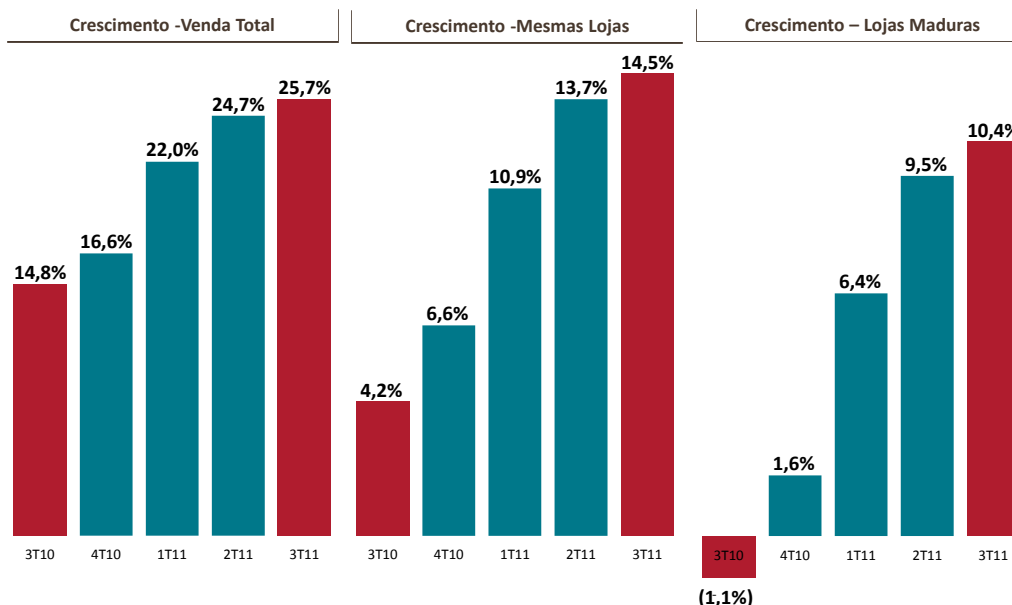
A ilustração abaixo demonstra o nosso total de lojas e a evolução da nossa participação de mercado em cada um dos estados em que operamos.



RECEITA BRUTA DE VENDAS

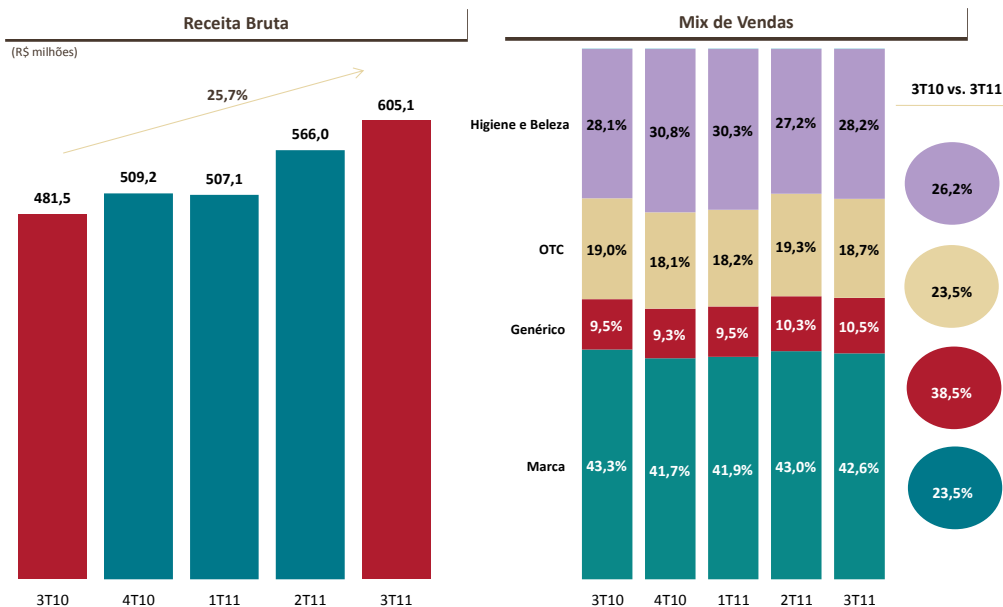
Encerramos o trimestre com R\$ 605,1 milhões de receita bruta, o que representou um crescimento de 25,7% em relação ao terceiro trimestre de 2010. Registramos no período um crescimento da venda mesmas lojas de 14,5% e da venda das lojas maduras de 10,4%. Desta forma, apresentamos uma aceleração em nosso ritmo de crescimento de vendas pelo terceiro trimestre consecutivo.

Atribuimos este desempenho à melhoria da qualidade da nossa operação, incluindo o investimento em estoques e a consequente elevação dos nossos níveis de serviço desde o início do ano.





Os gráficos abaixo ilustram o crescimento trimestral da nossa receita bruta e a evolução por categoria no nosso mix de vendas.

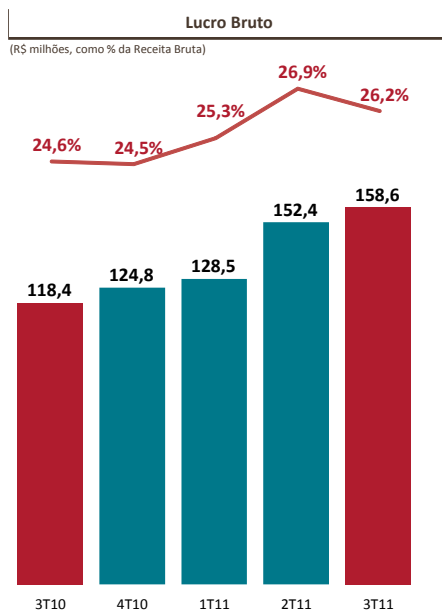


Obtivemos um crescimento de 38,5% nos medicamentos genéricos, que foi, pelo quarto trimestre consecutivo, a categoria que apresentou a maior evolução ao longo do ano. Sua participação dentro do nosso mix de vendas foi elevada para 10,5% da receita bruta total, um incremento de 1,0 ponto percentual em relação ao mesmo período do ano anterior e de 0,2 ponto percentual em relação ao trimestre anterior.

Este crescimento constitui um importante vetor de expansão da margem bruta, uma vez que os genéricos possuem lucratividade bastante superior à dos medicamentos de marca. Ele vem sendo impulsionado por uma onda de novos lançamentos iniciada no final de 2010 (que se intensificou em 2011) e também em decorrência da melhoria na divulgação dos medicamentos genéricos em nossas lojas.

LUCRO BRUTO

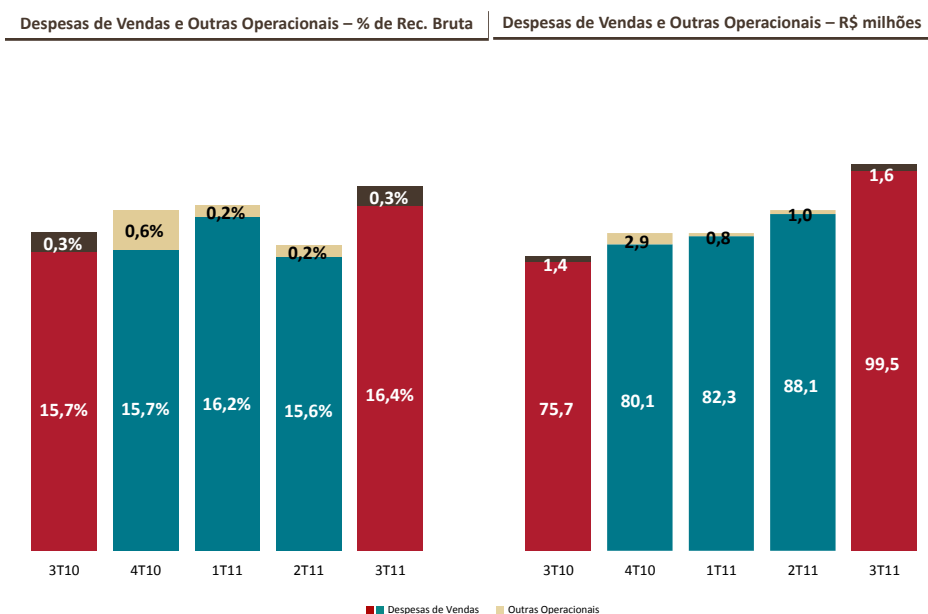
Obtivemos crescimento de lucro bruto de 33,9% sobre o mesmo período do ano anterior. Nossa margem bruta atingiu 26,2%, um incremento de 1,6 ponto percentual sobre o ano anterior. O aproveitamento de compras de oportunidade e a redução de prazos de pagamentos junto a fornecedores, implementados desde o início do ano, vêm sendo os principais vetores desta elevação da margem bruta.



DESPESAS COM VENDAS E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas com vendas totalizaram R\$ 99,5 milhões no terceiro trimestre de 2011. Elas representaram 16,4% da receita bruta, uma elevação de 0,7 ponto percentual em relação ao mesmo período de 2010.

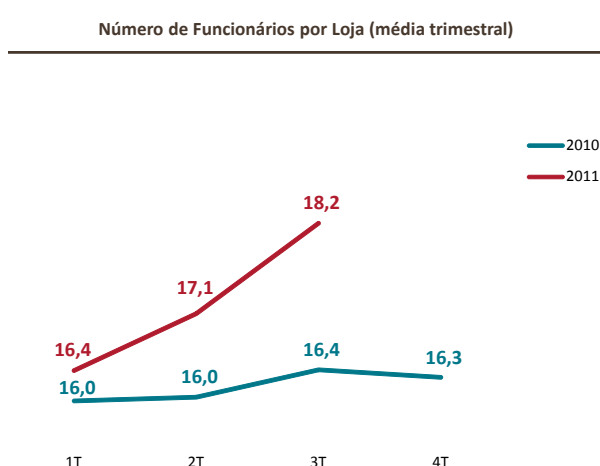
Nossa receita média por loja no trimestre se elevou em 7,2%, em linha com a inflação registrada no período, ao passo que as despesas médias por loja aumentaram 12,1% no período, acarretando uma piora na absorção de despesas.



A forte elevação nas despesas com vendas se deveu ao aumento no número de lojas abertas no trimestre, à aceleração nos índices de inflação e, especialmente, em decorrência de um forte reforço nos nossos quadros de funcionários de loja.



Elevamos no trimestre o nosso número médio de funcionários por loja de forma relevante, conforme o gráfico abaixo, com o objetivo de suprir uma importante lacuna de competitividade frente aos nossos principais concorrentes. Acreditamos que este novo patamar, em torno de 18 funcionários por loja, nos permitirá incrementar o nosso padrão de atendimento e de satisfação dos nossos clientes de maneira significativa, contribuindo de forma decisiva para seguirmos elevando o nosso faturamento médio por loja e incrementando a nossa rentabilidade.



A aceleração nos índices de inflação também vem pressionando as nossas despesas em 2011. Os nossos contratos de locação são reajustados anualmente, e cerca de 60% desta despesa está atrelada ao IGP-M, que registra uma elevação acumulada de 7,5% no período. Neste terceiro trimestre, a principal pressão inflacionária decorreu do reajuste dos salários, que todos os anos incide a partir de julho, mas que neste ano correspondeu a 8,3%, um patamar superior ao da inflação e aos dos anos anteriores.

Este terceiro trimestre também se caracterizou por uma forte aceleração na abertura de novas lojas, com a abertura de 24 novas lojas, contra apenas 15 lojas no terceiro trimestre de 2010 e contra apenas 14 lojas em todo o primeiro semestre de 2011. É importante destacar que, no primeiro trimestre de existência, nossas lojas apresentam, em média, apenas 50% do faturamento esperado contra 90% das despesas esperadas para a maturidade. Portanto, em períodos de aceleração do ritmo de aberturas, acabamos por apresentar uma piora na absorção das despesas com vendas, que se mantém praticamente fixas ao longo de todo o ciclo de vida de uma loja.

Por fim, registramos no trimestre uma despesa pontual de marketing de R\$ 1,0 milhão, correspondente a 0,2% da receita bruta do trimestre, e que se referiu à primeira campanha de mídia para fortalecimento da nossa marca na região sul do Brasil desde o nosso ingresso neste mercado.

Encerramos o trimestre com R\$ 1,6 milhão em outras despesas operacionais (0,3% da receita bruta de vendas), mantendo desta forma, o mesmo patamar do terceiro trimestre de 2010. Estas despesas representam, principalmente, as despesas pré-operacionais das lojas que estavam em processo de implantação ao longo do período.

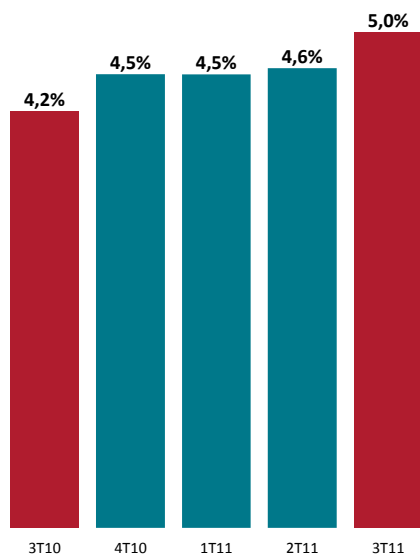


DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

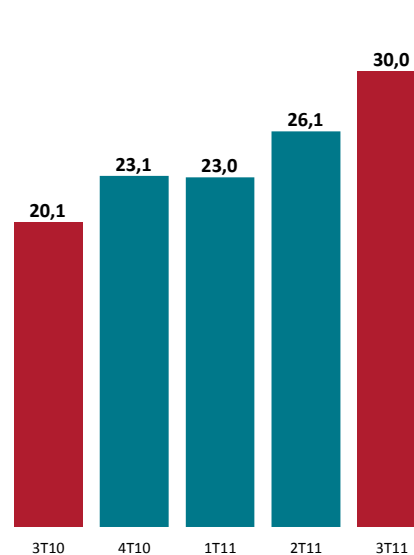
As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 30,0 milhões no trimestre, e passaram a representar 5,0% da receita bruta, uma elevação de 0,8 ponto percentual em relação ao mesmo período do ano anterior e de 0,4 ponto percentual sobre o trimestre anterior.

Tivemos no mês de julho um reajuste salarial de 8,3% para todos os funcionários do nosso escritório central e do nosso principal centro de distribuição, que representou um incremento de R\$ 1,3 milhão sobre o trimestre anterior, equivalente a 0,2% da receita bruta do trimestre. Além disso, fortalecemos a nossa estrutura de recursos humanos, sendo que deste incremento, R\$ 1,2 milhão, ou 0,2% da receita bruta do trimestre, teve caráter pontual, pois se referiu a comissões pagas a agências de contratação e a despesas com treinamento referentes à elevação dos quadros de pessoal de loja empreendida neste trimestre.

Despesas Gerais & Administrativas – % de Rec. Bruta



Despesas Gerais & Administrativas – R\$ milhões

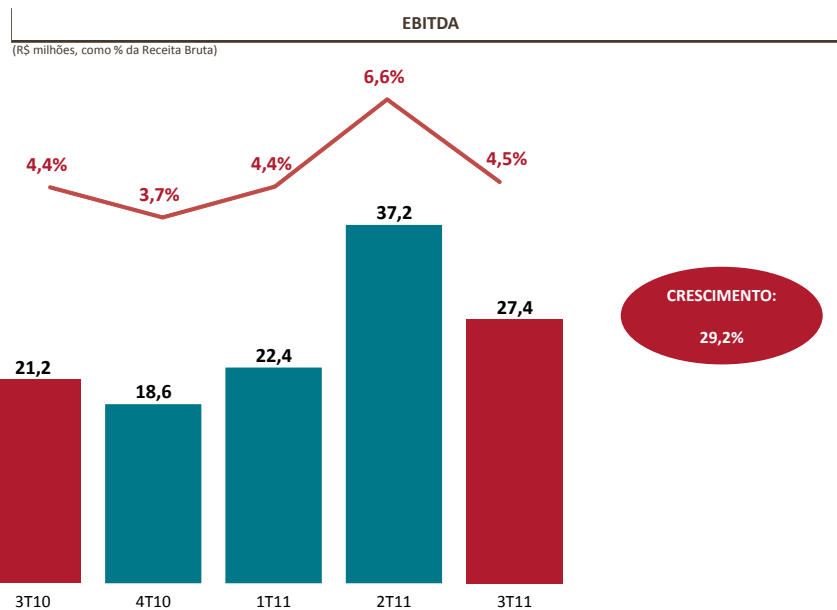


EBITDA

Atingimos neste trimestre um EBITDA de R\$ 27,4 milhões, que correspondeu a um crescimento de 29,6% sobre o mesmo período de 2010. Nossa margem EBITDA aumentou em 0,1 ponto percentual sobre o mesmo período do ano anterior, passando a representar 4,5% da receita bruta de vendas.

Apresentamos no trimestre uma elevação importante de margem bruta que nos permitiu fazer frente ao incremento do quadro de funcionários em loja, à aceleração do ritmo de aberturas de lojas, ao reajuste na folha de pagamento e aos ajustes de estrutura e demais pressões inflacionárias verificadas no período.

Vale ressaltar que as lojas abertas no ano de 2011 penalizaram o EBITDA deste trimestre em R\$ 2,8 milhões, contra R\$ 1,4 milhão no segundo trimestre e contra R\$ 0,4 milhão no primeiro trimestre do ano, incluindo tanto as despesas pré-operacionais como a margem de contribuição agregada destas lojas. Portanto, as 350 lojas com que iniciamos o ano produziram no trimestre R\$ 30,2 milhões, equivalente a 5,2% de margem sobre uma receita bruta de R\$ 586,2 milhões.

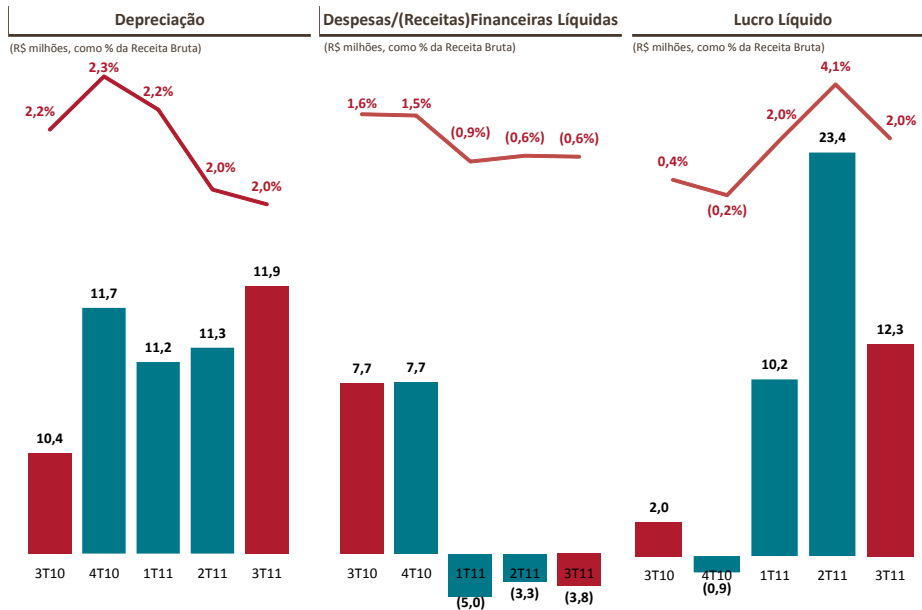


DESPESAS FINANCEIRAS, DEPRECIÇÃO E LUCRO LÍQUIDO

Nossas receitas financeiras líquidas totalizaram R\$ 3,8 milhões, equivalente 0,6% da receita bruta, contra uma despesa financeira líquida de R\$ 7,7 milhões no ano anterior. Este resultado decorreu da aplicação dos recursos provenientes da nossa abertura de capital e da consequente redução do nosso endividamento.

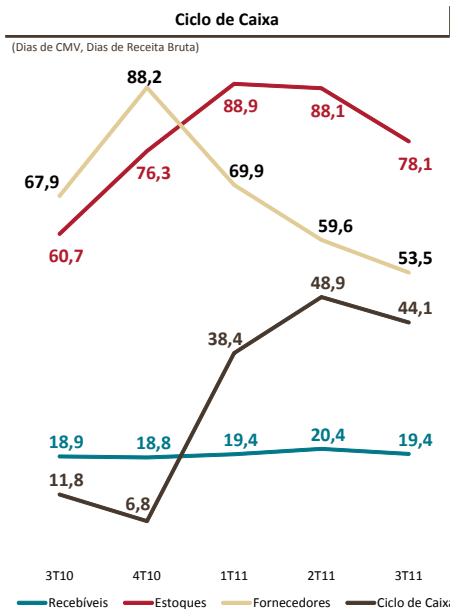
As despesas de depreciação totalizaram R\$ 11,9 milhões, equivalente a 2,0% da receita bruta, uma diluição de 0,3 ponto percentual em relação ao ano anterior. Vale ressaltar que a taxa de depreciação de móveis, utensílios e equipamentos, que era de 10,0% ao ano, passou para 7,4% ao ano para móveis e utensílios e para 7,1% ao ano para instalações, de forma a compatibilizá-las com a sua vida útil estimada, conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10, aprovada pela Deliberação CVM 619/09. Estas mudanças foram sustentadas por laudo técnico especializado e passaram a vigorar desde o 1º trimestre de 2011.

Portanto, registramos no trimestre um lucro líquido de R\$ 12,3 milhões (margem líquida de 2,0%), uma elevação de 1,6 ponto percentual em relação ao mesmo período do ano anterior. A elevação dos nossos resultados operacionais, impulsionado pela elevação da margem bruta e aliada à desalavancagem da nossa estrutura de capital, foram os principais fatores que levaram a este forte aumento de lucratividade.



CICLO DE CAIXA

Investimos 32 dias de caixa em relação ao terceiro trimestre de 2010. Em comparação com o trimestre anterior, obtivemos uma redução do ciclo de caixa de 5 dias, conforme o gráfico abaixo:



A elevação da necessidade de caixa sobre 2010 é consequência da mudança na estratégia de compras, que se iniciou no primeiro trimestre do ano e que incluiu a redução dos nossos prazos de pagamento e o aumento dos estoques via compras de oportunidade, de forma a incrementar as nossas condições comerciais junto aos fornecedores. Esta mudança na estratégia de compras resultou, neste trimestre, em uma elevação de margem bruta de 1,6 ponto percentual em relação ao mesmo período de 2010.



Neste trimestre, conseguimos melhorar o ciclo de caixa em 5 dias em relação ao trimestre anterior, destacando-se a redução de 10 dias em nossos estoques observada no período.

FLUXO DE CAIXA

Nossas operações geraram R\$ 32,4 milhões de recursos no trimestre, o que representou 2,6 vezes o montante gerado no mesmo período do ano anterior. Reduzimos em R\$ 8,5 milhões nossa necessidade de capital de giro no trimestre via redução de ciclo de caixa e de outros ativos e passivos circulantes.

Obtivemos uma geração de caixa de R\$ 40,9 milhões no trimestre, que foi suficiente para financiar os investimentos na abertura de lojas novas e na manutenção da operação, que totalizaram R\$ 28,3 milhões no trimestre.

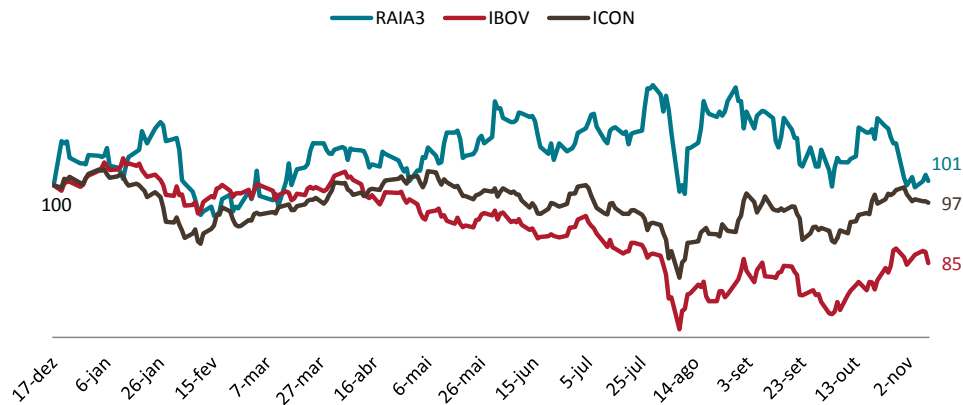
Fluxo de Caixa	3T11	3T10	9M11	9M10
<i>(R\$ milhões)</i>				
LAIR	19,3	3,1	64,7	4,3
(+) Depreciação	11,9	10,4	34,4	30,6
(-) Outros Ajustes	1,2	(1,3)	3,2	5,9
Recursos das Operações	32,4	12,2	102,3	40,8
Ciclo de Caixa*	5,1	(17,0)	(186,6)	(38,2)
Outros	3,4	14,1	(9,5)	30,9
Operações	40,9	9,3	(93,8)	33,5
Investimentos	(28,3)	(23,9)	(61,9)	(53,3)
Fluxo de Caixa Total	12,6	(14,6)	(155,7)	(19,8)

* Ciclo de Caixa inclui a variação de contas a receber, estoques e fornecedores

** A demonstração não inclui o fluxo de caixa de financiamento

MERCADO DE CAPITAIS

No dia 9 de novembro de 2011, a cotação da nossa ação fechou em R\$ 24,21. Apesar do recuo recente, mantivemos o preço de nossa ação levemente acima do preço do IPO e apresentamos um desempenho superior ao Índice de Consumo da BM&F-Bovespa e bem acima do Índice Bovespa, que seguem afetados pela deterioração do cenário econômico europeu. O volume médio diário de negociação no trimestre foi de R\$ 6,1 milhões, o que equivaleu a aproximadamente 0,9% do nosso *free float*.



Número de Ações (mil)	62.014
Valor da Ação - 10/11 (R\$)	24,21
Valor de Mercado (R\$ milhões)	1.501,4
Volume Financeiro Médio 3T11 (R\$ mil)	6.160,7

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Gostaríamos de destacar as seguintes ações que se encontram em curso na presente data:

- Abrimos até o momento 9 novas lojas no 4T11. Contamos com 393 lojas em funcionamento;
- Constituímos um pipeline robusto de novas lojas a serem abertas que já nos permitem cumprir o *guidance* de 60 aberturas brutas em 2011 e nos permitirão iniciar 2012 com um ritmo consistente de aberturas desde o primeiro trimestre;
- Aprovamos a fusão com a Drogasil no Conselho de Administração e ratificamos a operação em Assembléia Geral Extraordinária no dia 10 de novembro;
- Preparamos para novembro o lançamento de Pluii, principal linha de marca própria da Droga Raia:
 - Shampoo, condicionador, finalizador, sabonete líquido, sabonete em barra e hidratante.
 - Seis opções diferentes de fragrâncias.
 - Combinação de preços *premium* com margens brutas elevadas.
- Iniciamos a integração da Raia Drogasil com o apoio de consultorias, incluindo:
 - Definição dos sistemas, processos e da estrutura da nova companhia.
 - Estudo de branding para definir a estratégia de cada marca e a nova identidade corporativa.
 - Definição e alinhamento de uma nova política de cargos e salários.



Demonstrações do Resultado do Exercício	3T10	4T10	1T11	2T11	3T11
<i>(em milhares de R\$)</i>					
Receita bruta de vendas e serviços	481.452	509.171	507.084	565.997	605.078
Impostos sobre vendas e serviços	(13.422)	(14.330)	(14.516)	(15.795)	(17.144)
Descontos e devoluções sobre vendas e serviços	(3.816)	(3.856)	(3.689)	(4.177)	(4.040)
Receita líquida de vendas e serviços	464.214	490.985	488.879	546.025	583.894
Custo das mercadorias vendidas	(345.783)	(366.171)	(360.365)	(393.657)	(425.313)
Lucro bruto	118.431	124.814	128.514	152.368	158.581
Despesas					
Com vendas	(75.728)	(80.137)	(82.291)	(88.087)	(99.519)
Gerais e administrativas	(20.099)	(23.142)	(23.044)	(26.078)	(30.032)
Outras despesas operacionais, líquidas	(1.448)	(2.947)	(791)	(1.018)	(1.621)
Despesas operacionais	(97.275)	(106.226)	(106.126)	(115.183)	(131.172)
EBITDA	21.156	18.588	22.388	37.185	27.409
Depreciação e Amortização	(10.401)	(11.703)	(11.218)	(11.346)	(11.897)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	10.755	6.885	11.170	25.839	15.512
Despesas financeiras	(8.379)	(9.430)	(4.147)	(3.535)	(2.328)
Receitas financeiras	716	1.698	9.196	6.831	6.127
Despesas / Receitas Financeiras	(7.663)	(7.732)	5.049	3.296	3.799
Lucro antes do IR e da contribuição social	3.092	(847)	16.219	29.135	19.311
Imposto de renda e contribuição social	(1.111)	(101)	(5.981)	(5.752)	(7.016)
Lucro líquido do exercício	1.981	(948)	10.238	23.383	12.295



Ativo (R\$ mil)	<u>30/09/2010</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>30/09/2011</u>
Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	17.158	380.875	276.031	222.981	230.076
Contas a Receber de Clientes	100.240	105.097	107.930	126.768	129.287
Estoques	230.774	306.912	352.116	381.081	365.144
Impostos a Recuperar	29.484	18.478	15.011	21.436	22.189
Demais Contas a Receber	<u>38.440</u>	<u>38.156</u>	<u>42.372</u>	<u>56.095</u>	<u>55.756</u>
	<u>416.096</u>	<u>849.518</u>	<u>793.460</u>	<u>808.361</u>	<u>802.452</u>
Não Circulante					
Realizável a Longo Prazo					
Depósitos Judiciais	2.105	2.408	2.465	2.629	4.111
Partes Relacionadas	151	153	154	155	156
Impostos a Recuperar					
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	44.184	52.416	48.188	41.739	38.740
Demais Contas a Receber	<u>597</u>	<u>416</u>	<u>239</u>	<u>548</u>	<u>1.367</u>
	<u>47.037</u>	<u>55.393</u>	<u>51.046</u>	<u>45.071</u>	<u>44.374</u>
Imobilizado					
Intangível	<u>146.680</u>	<u>161.654</u>	<u>161.868</u>	<u>162.398</u>	<u>177.734</u>
	<u>29.382</u>	<u>30.731</u>	<u>34.488</u>	<u>39.253</u>	<u>39.937</u>
	<u>223.099</u>	<u>247.778</u>	<u>247.402</u>	<u>246.722</u>	<u>262.045</u>
Total do Ativo	<u>639.195</u>	<u>1.097.296</u>	<u>1.040.862</u>	<u>1.055.083</u>	<u>1.064.497</u>



Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	<u>30/09/2010</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>30/09/2011</u>
Circulante					
Fornecedores	257.891	355.008	276.926	257.741	249.820
Empréstimos e Financiamentos	82.555	27.368	26.448	26.297	25.991
Salários e Encargos Sociais	41.975	41.807	38.934	48.160	57.311
Impostos, Taxas e Contribuições	8.490	7.618	7.216	8.788	12.303
Imposto de Renda e Contribuição Social			29		
Programa de Recuperação Fiscal	1.006	1.033	1.062	1.247	1.160
Demais Contas a Pagar	11.519	17.581	15.520	20.119	17.470
	<u>403.436</u>	<u>450.415</u>	<u>366.135</u>	<u>362.352</u>	<u>364.055</u>
Não Circulante					
Empréstimos e Financiamentos	138.297	67.457	62.261	57.770	53.107
Programa de Recuperação Fiscal	7.212	7.145	7.077	3.323	3.100
Provisão para Contingências e Obrigações Legais	4.099	4.181	4.597	4.712	5.051
Demais Contas a Pagar	4.288	1.032	948	3.687	3.399
	<u>153.896</u>	<u>79.815</u>	<u>74.883</u>	<u>69.492</u>	<u>64.657</u>
Patrimônio Líquido					
Capital Social	46.280	548.606	571.936	571.936	571.936
Gastos com Emissão de Ações		(16.175)	(16.965)	(17.120)	(17.120)
Reservas de Capital	37.666	37.666	37.666	37.833	38.084
Lucros/Prejuízos Acumulados	(2.083)	(3.031)	7.207	30.590	42.885
	<u>81.863</u>	<u>567.066</u>	<u>599.844</u>	<u>623.239</u>	<u>635.785</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	<u>639.195</u>	<u>1.097.296</u>	<u>1.040.862</u>	<u>1.055.083</u>	<u>1.064.497</u>



	3T10	4T10	1T11	2T11	3T11
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	3.092	(847)	16.219	29.135	19.311
Ajustes					
Provisão para Perdas de Estoques	232	(3.461)	538	(599)	1.353
Depreciação e Amortização	10.401	11.703	11.218	11.346	11.897
Resultado na baixa do Ativo Imobilizado e Intangível	45	354	349	18	342
Juros e Variações Monetárias provisionados	(1.457)	162	270	464	498
Outorga de Ações				167	251
Provisão para Contingências	168	82	416	115	339
Redução de Multa e Juros e Atualização - REFIS		(128)			
Provisão para Devedores Duvidosos	(289)	70	(121)	353	(1.583)
	12.192	7.935	28.889	40.999	32.408
Variações nos Ativos e Passivos					
Contas a Receber	(3.742)	(4.857)	(2.833)	(18.838)	(2.519)
Estoques	(12.787)	(72.678)	(45.742)	(28.366)	14.584
Impostos a Recuperar	8.722	11.006	3.467	(6.425)	(753)
Outros Ativos	(6.025)	91	(3.976)	(14.550)	(380)
Fornecedores	(451)	98.113	(76.694)	(19.211)	(6.955)
Salários e Encargos Sociais	7.228	(168)	(2.873)	9.226	8.948
Imposto de Renda e Contribuição Social			29	(29)	
Impostos, Taxas e Contribuições	2.729	(784)	(441)	1.573	2.743
Outros Passivos	1.471	2.805	(2.145)	7.338	(3.157)
Caixa Proveniente das Operações	9.337	41.463	(102.319)	(28.283)	44.919
Juros pagos	(10.475)	(7.773)	(5.094)	(1.253)	(1.103)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos			(1.318)	(2.822)	(4.018)
Caixa Líquido proveniente das (aplicados nas) Atividades Operacionais	(1.138)	33.690	(108.731)	(32.358)	39.798
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento					
Imobilizado	(20.961)	(25.935)	(11.042)	(10.361)	(25.647)
Intangível	(2.988)	(3.441)	(5.884)	(6.272)	(2.692)
Aplicações Financeiras Restritas					
Caixa Líquido aplicado nas Atividades de Investimentos	(23.949)	(29.376)	(16.926)	(16.633)	(28.339)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos					
Captação de Empréstimos	2.090	6.136	5.460		
Pagamentos de Empréstimos	2.811	(124.471)	(6.752)	(3.825)	(4.364)
Aumento do Capital Social, líquido dos gastos com Emissão de Ações		477.818	22.133	(234)	
Caixa Líquido proveniente das Atividades de Financiamentos	4.901	359.483	20.841	(4.059)	(4.364)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(20.186)	363.797	(104.816)	(53.050)	7.095
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do período	37.236	17.050	380.847	276.031	222.981
Caixa e Equivalentes de Caixa no final do período	17.050	380.847	276.031	222.981	230.076



Agenda para Divulgação de Resultados do 3T11

No dia **10 de novembro de 2011**, depois do fechamento do mercado, a Droga Raia divulgará seus resultados referentes ao terceiro trimestre de 2011.

Teleconferências - 11 de novembro de 2011

Em Português

às 10h00 (Brasília) / 07h00 (US ET)

Número de acesso: +55 (11) 3127-4971

Código da teleconferência: Droga Raia

Replay (disponível até 18/11/11): +55 (11) 3127-4999

Código do *Replay*: 42546107

Em Inglês

às 12h00 (Brasília) / 09h00 (US ET)

Número de acesso: +1 (412) 317-6776

Código da teleconferência: Droga Raia

Replay (disponível até 21/11/11): +1 (412) 317-0088

Código do *Replay*: 10004564

Transmissão ao vivo pela Internet em sistema de áudio e slides no endereço: ri.drogaraia.com.br

Período de Silêncio: Em linha com as melhores práticas de governança corporativa, estaremos em período de silêncio a partir do dia 3 até o dia 11 de novembro de 2011, após a teleconferência.

Para mais informações, entre em contato com a área de Relações com Investidores.

Relações com Investidores

E-mail: ri@drogaraia.com.br

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Raia S.A. ("Raia" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, que tem por atividade o comércio varejista de medicamentos, produtos de saúde, de higiene e beleza. A Companhia teve início em 1905, quando o farmacêutico João Baptista Raia fundou a Pharmacia Raia em Araraquara, Estado de São Paulo.

A Companhia contava, em 30 de setembro de 2011, com 385 lojas em operação (30 de setembro de 2010 - 327 e 31 de dezembro de 2010 - 350), distribuídas pelos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul. Em janeiro de 2009 foi inaugurado o novo centro de distribuição localizado no município de Embu - São Paulo.

Em 30 de setembro de 2008, foi concluída a venda de 22,17% de participação acionária para a Grappa Investimentos e Participações S.A ("Grappa"). A admissão de novos sócios alterou a estrutura de capital da empresa de forma a balancear a relação entre dívida e patrimônio líquido e possibilitar a continuidade do plano de expansão. Em 30 de novembro de 2008, a Grappa adquiriu participação de 7,83% diretamente dos acionistas, resultando em participação acionária de 30%. Os 70% restantes permaneceram, à época, substancialmente, sob o controle de pessoas físicas.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 25 de novembro de 2008, foi aprovada a incorporação, pela Companhia, da sua empresa controladora Raia Administração e Participações S.A., cujo laudo de avaliação emitido por avaliadores independentes para a data-base 31 de outubro de 2008, demonstrava acervo líquido negativo a ser incorporado, no montante de R\$ 35.010, representado substancialmente por empréstimos bancários decorrentes de assunção de dívida entre a Raia S.A. e Raia Administração e Participações S.A. O acervo líquido negativo assumido pela Companhia na incorporação foi deduzido do saldo da reserva de capital, conforme previsto no protocolo e na justificação da incorporação.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2009, foi aprovada a incorporação pela Companhia, da sua empresa investidora Grappa Investimentos e Participações S.A., cujo laudo de avaliação emitido por avaliadores independentes para a data-base 31 de agosto de 2009, demonstrava acervo líquido a ser incorporado no montante de R\$ 36.174, estando assim representado:

Ágio pago na aquisição	106.395
Provisão para ajuste ao valor do benefício fiscal	<u>(70.221)</u>
	<u>36.174</u>

O acervo líquido assumido pela Companhia na incorporação foi contabilizado em contrapartida do capital social e da reserva de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, conforme previsto no protocolo e na justificação da incorporação e aprovado pela citada Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2009. No segundo trimestre de 2010, a administração da Companhia revisou o valor do acervo líquido incorporado e apurou um ajuste de R\$ 5.403.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2009, foi aprovada a

Notas Explicativas

incorporação, pela Companhia, da sua empresa controlada Porto San Giorgio Empreendimentos Ltda., cujo laudo de avaliação emitido por avaliadores independentes para a data-base 31 de outubro de 2009, demonstra acervo líquido a ser incorporado no montante de R\$ 3.216, conforme segue:

Ativo circulante	11
Ativo não circulante	
Realizável a longo prazo (depósitos judiciais)	97
Imobilizado	3.693
Intangível	<u>30</u>
	3.831
Passivo não circulante (partes relacionadas)	<u>(615)</u>
Acervo líquido incorporado	<u><u>3.216</u></u>

A incorporação não gerou aumento de capital, mas sim apenas a eliminação do investimento.

Em 25 de outubro de 2010, a Companhia obteve registro de Companhia Aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e, a partir de 20 de dezembro de 2010, foi aprovada a proposta de listagem das ações da Companhia junto à Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBOVESPA, bem como a adesão da Companhia ao segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA sob a sigla RAIA3.

Mediante o Termo de Adesão ao Novo Mercado, a Companhia, os administradores e os membros do Conselho Fiscal da Companhia comprometem-se a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ou oriunda do Regulamento de Listagem, do Contrato de Participação no Novo Mercado, das Cláusulas Compromissórias, em especial quanto à sua aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem, nos termos do seu Regulamento de Arbitragem.

A composição acionária atual é a seguinte:

- . 44,1% - em circulação
- . 40,3% - acionistas controladores
- . 15,6% - investidores de *private equity*

A emissão destas Informações Trimestrais – ITR foi autorizada pelo Conselho de Administração em 10 de novembro de 2011. O Conselho de Administração ou outras pessoas dentro da Companhia não têm o poder de alterar as Informações Trimestrais – ITR após a emissão.

Conforme fato relevante divulgado em 2 de agosto de 2011, a Raia e a Drogasil S.A. (“Drogasil”), em conjunto, comunicaram, em atendimento à Instrução CVM nº 358/2002 que foi firmado acordo de associação e outras avenças (“Acordo de Associação”) pelas Companhias e pelos acionistas que exercem o controle de cada uma delas.

Por meio de uma associação entre iguais (“Associação”), este acordo resultará na criação da RAIA DROGASIL S.A. (“RAIA DROGASIL”), cujo controle será compartilhado entre os acionistas que atualmente exercem o controle das Companhias, nos termos de um acordo de acionistas que vinculará as ações em número igual entre os acionistas que exercem o controle de cada uma das Companhias.

A RAIA DROGASIL seguirá listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA e terá “free float” de aproximadamente 50% do seu capital.

Notas Explicativas

Será inserido no estatuto social da RAIA DROGASIL mecanismo de proteção à dispersão acionária, nos termos do disposto nos artigos 31, 36 e respectivos parágrafos do estatuto social da Raia.

Em 2 de agosto de 2011, foi assinado um acordo de acionistas entre os controladores da RAIA DROGASIL com validade de 10 anos, e que vinculará ações correspondentes a 40% do seu capital, que estarão sujeitas a “lock-up” por toda a sua vigência. Os acionistas que exercem o controle de cada uma das empresas contribuirão, cada grupo, com metade das ações vinculadas. O total de ações vinculadas será reduzido progressivamente até o quinto ano do acordo, quando passará a representar 30% do capital da RAIA DROGASIL, mantendo-se sempre a paridade do número de ações vinculadas entre os acionistas das Companhias. Por fim, as demais ações de cada acionista controlador acompanharão o voto do grupo de controle em assembléia.

A Associação das Companhias se dará mediante a incorporação das ações da Raia pela Drogasil. A relação de substituição aplicável aos acionistas da Raia na incorporação de suas ações pela Drogasil será de 2,29083790 ações ordinárias de emissão da Drogasil para cada ação ordinária de emissão da Raia. O capital da RAIA DROGASIL será detido pelos atuais acionistas da Drogasil na proporção de 57% e pelos da Raia na proporção de 43%. Por ocasião da incorporação de ações, serão emitidas novas ações da Drogasil, observando a relação de troca acima indicada, para os acionistas da Raia, que passará a ser subsidiária integral da RAIA DROGASIL.

Esta relação de troca já considera a decisão de pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas de R\$ 12.890 brutos aprovados pelo Conselho de Administração da Raia até em 24 de outubro de 2011 (Nota 30).

As opções de subscrição/aquisição de ações existentes, que foram emitidas por ambas as Companhias em linha com as respectivas políticas de remuneração e retenção de executivos, deverão ser exercidas ou canceladas até a data da incorporação de ações e, se exercidas, terão por objeto exclusivamente ações já mantidas em tesouraria, sendo, portanto, neutras para fins da operação, não afetando a referida relação de troca.

A celebração do Acordo de Associação foi autorizada por unanimidade pelos Conselhos de Administração das Companhias e os compromissos estabelecidos no Acordo de Associação estão condicionados ao cumprimento das obrigações e condições estabelecidas no Acordo de Associação, incluindo, sem limitação, a realização de auditorias legal, contábil e financeira das Companhias e a aprovação da incorporação das ações da Raia pela Drogasil pelas Assembléias Gerais de ambas as Companhias.

O Acordo de Associação foi celebrado pelos acionistas que exercem o controle de cada uma das Companhias, que concordaram em tomar todas as medidas para a sua efetivação, incluindo votar favoravelmente à incorporação das ações da Raia pela Drogasil nas Assembléias Gerais das Companhias que serão convocadas para tratar dessa matéria. Ele poderá ser rescindido caso a incorporação de ações não seja aprovada até 31 de dezembro de 2011.

2 Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Base de Preparação

As Informações Trimestrais - ITR foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor ajustadas para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, quando aplicável. A Companhia elabora suas Informações Trimestrais - ITR, exceto as informações de fluxos de caixa, utilizando a contabilização pelo regime de competência.

Notas Explicativas

A preparação das Informações Trimestrais - ITR requer o uso, pela administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e outras transações. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das Informações Trimestrais - ITR, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. As principais operações e avaliações impactadas por estimativas referem-se às provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (Nota 19), provisão para participação nos lucros e resultados (Nota 29), provisão para perdas em estoques (Nota 8) e estimativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (Nota 11) que, no entendimento da administração da Companhia, não apresentam risco significativo, de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

As informações contábeis foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. As referidas políticas contábeis e os métodos de cálculo são os mesmos nas demonstrações contábeis intermediárias, quando comparados com a demonstração contábil anual mais recente (Demonstração Financeira Padrão – DFP).

Não houve outros resultados abrangentes nos períodos divulgados, além do resultado do período, portanto não se apresenta uma demonstração do resultado abrangente.

2.2 Apresentação de informações por segmentos

A Companhia desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional, o qual é utilizado como base para a gestão da Companhia e para a tomada de decisão. Os principais tomadores de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, são o Presidente e os Vice-presidentes, responsáveis inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas Informações Trimestrais - ITR da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As Informações Trimestrais - ITR estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez (em sua maioria com vencimentos originais de até três meses), que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Nas demonstrações do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos tomados em contas garantidas.

Essas contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

Notas Explicativas

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial da contratação.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos no circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes", "Demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa" (Notas 2.6, 2.14 e 2.4).

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.4 Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* são:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos.

O *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento

Notas Explicativas

mantido até o vencimento, quando aplicável, tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

2.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original da venda, deduzido da provisão para créditos de realização duvidosa, quando aplicável. A provisão para créditos de realização duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos, quando aplicável, de perdas esperadas.

2.8 Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Os depósitos judiciais estão apresentados no realizável a longo prazo, atualizados monetariamente.

2.9 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço da Companhia. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Informações Trimestrais - ITR. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias

Notas Explicativas

possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.10 Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado (substancialmente representados por edificações e benfeitorias, equipamentos e instalações e móveis e utensílios) são demonstrados pelo custo histórico de aquisição menos depreciação acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota 13. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado do exercício, na rubrica "Outras receitas operacionais, líquidas".

Os custos subsequentes aos custos de aquisição são incluídos no valor contábil do ativo somente no momento em que for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item. Estes custos são depreciados ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

A Companhia finalizou, em 20 de dezembro de 2010, avaliação, por meio de laudo emitido por empresa especializada, conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09, com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil-econômica estimada para o cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado. Como resultado deste Laudo os bens do ativo imobilizado sofreram alteração na sua vida útil-econômica estimada para os seguintes grupos do ativo imobilizado: Móveis e utensílios, instalações e equipamentos (Nota 13(b)).

2.11 Ativos intangíveis

(a) Programas de computador (*softwares*)

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil-estimada, pelas taxas descritas na Nota 14.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 14.

(b) Fundo de comércio e outros

Notas Explicativas

ativos intangíveis

Os custos com a aquisição de fundos de comércio (ponto comercial) são capitalizados e amortizados usando-se o método linear com base no prazo do contrato de aluguel de cada loja (Nota 14).

Os demais ativos intangíveis são amortizados pelas taxas mencionadas na Nota 14.

2.12 Impairment de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.13 Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis de bens do ativo imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas mencionadas na Nota 13.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade fica com o arrendador, quando existentes, são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

2.14 Demais contas a receber (circulante e não circulante)

São demonstrados ao valor de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

2.15 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.16 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.17 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando há uma obrigação legal ou não formalizada presente como conseqüência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

2.18 Participação nos lucros e bônus

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado durante o exercício, à medida que é provável que as metas serão alcançadas e que o valor possa ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

2.19 Demais contas a pagar (circulante e não circulante)

São demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os juros e as variações monetárias incorridos.

2.20 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido em conta específica, líquidos de impostos.

2.21 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente será provisionado após a aprovação em Assembleia Geral Ordinária.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

2.22 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor original da venda de mercadorias. A receita pela venda de mercadorias é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. A Companhia adota como critério de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

As bonificações decorrentes de compras de mercadorias, concedidas pelos fornecedores, bem como as receitas comerciais decorrentes da exposição de produtos, ofertas e *marketing* em geral são reconhecidas na rubrica "Custo das mercadorias vendidas", líquidas dos correspondentes efeitos tributários (Pis e Cofins), na medida em que a Companhia adquire o direito ao recebimento dessas,

Notas Explicativas

mediante o cumprimento dos volumes de compra ou outros parâmetros preestabelecidos.

2.23 Ajuste a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo. A administração efetuou análise dos valores de ativo e passivo, não tendo identificado saldos e transações para os quais o ajuste a valor presente seja aplicável e relevante para efeito das Informações Trimestrais - ITR.

2.24 Norma que ainda não está em vigor e não foi adotada antecipadamente pela Companhia

A norma a seguir foi publicada e é obrigatória para o período contábil iniciado em 1º de janeiro de 2013:

<u>Tópico</u>	<u>Exigências-chave</u>	<u>Data da entrada em vigor</u>
IFRS 9 "Instrumentos Financeiros"	<p>O IFRS 9 é o primeiro padrão emitido como parte de um projeto maior para substituir o IAS 39. O IFRS 9 retém, mas simplifica, o modelo de mensuração e estabelece duas categorias de mensuração principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. A orientação incluída no IAS 39 sobre impairment dos ativos financeiros e contabilização de hedge continua a ser aplicada.</p> <p>Períodos anteriores não precisam ser representados se uma entidade adotar a norma para os períodos iniciados ou a iniciar antes de 10 de janeiro de 2012.</p>	1º de janeiro de 2013

2.25 Remuneração com base em ações

A Companhia possui plano de remuneração com base em ações ("Plano"), liquidado com ações e/ou opções de ações, segundo o qual a Companhia recebe os serviços dos empregados como contraprestações por instrumentos patrimoniais da Companhia. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido, período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data de balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direito que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio.

Notas Explicativas

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transações diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas.

As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das opções de ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança será tratada como uma transação liquidada em dinheiro.

Os principais objetivos do Plano são: (i) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (ii) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos executivos e; (iii) possibilitar à Companhia atrair e manter a ela vinculados os executivos.

Os modelos mais conhecidos de avaliação de prêmios de opções, como o modelo “Black-Scholes”, têm como premissa a negociabilidade das opções e suas ações objeto, assumindo que (i) o beneficiário da opção é livre para vendê-la a qualquer momento e não a exercerá antecipadamente se puder vendê-la por um valor superior ao do exercício, e; (ii) o beneficiário da opção pode realizar compras e vendas das ações objeto de modo a diversificar a sua carteira enquanto possuir as opções. Nenhuma dessas premissas é verdadeira para as opções outorgadas no Plano. Desta forma, a Companhia adotou um modelo binomial de avaliação, no qual a possibilidade de exercício antecipado das opções é contemplada a partir de três premissas: (i) os beneficiários exercem antecipadamente as opções a que têm direito quando o preço da ação ultrapassa um múltiplo do preço de exercício; (ii) os beneficiários exercem antecipadamente todas as opções outorgadas em caso de desligamento da Companhia por iniciativa desta e; (iii) os beneficiários exercem antecipadamente as opções a que têm direito em caso de desligamento da Companhia por iniciativa do beneficiário.

Aplicando-se as estimativas de alta e de baixa, consecutivamente, para os períodos futuros, obtém-se um quadro com todos os cenários de preço futuro da ação plausíveis durante a vida da opção.

3 Gestão de risco financeiro

3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e operacionais e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pelo Comitê Financeiro. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio e de juros, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. A Companhia não apresenta operações em moeda estrangeira que possam afetar as Informações Trimestrais - ITR.

Notas Explicativas

(ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Considerando que parte substancial dos empréstimos da Companhia está atrelada a taxas prefixadas ou de variação não relevante (TJLP), a administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com rating mínimo "A".

A utilização de limites de crédito é determinada pelo Conselho de Administração e monitorada regularmente. As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado. A administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento Financeiro. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a Tesouraria, que investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Notas Explicativas

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>
Em 30 de setembro de 2011			
Empréstimos e financiamentos	31.922	31.000	29.004
Fornecedores (Nota 15)	249.820		
Demais contas a pagar	<u>17.470</u>		
Total	<u>299.212</u>	<u>31.000</u>	<u>29.004</u>
Em 31 de dezembro de 2010			
Empréstimos e financiamentos	37.922	49.563	31.034
Fornecedores (Nota 15)	355.008		
Demais contas a pagar	<u>17.581</u>		
Total	<u>410.511</u>	<u>49.563</u>	<u>31.034</u>

(d) Análise de sensibilidade adicional

Requerida pela CVM

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia. O cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração considera um horizonte de três meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente, cenários II e III.

<u>Operação</u>	<u>Risco - %</u>	<u>Cenário provável (I)</u>		
		<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Aplicações financeiras - CDI	Acréscimo de 0,5	<u>1.078</u>	<u>1.347</u>	<u>1.616</u>
Receita		<u>1.078</u>	<u>1.347</u>	<u>1.616</u>
REFIS - SELIC	Acréscimo de 0,5	<u>21</u>	<u>27</u>	<u>32</u>
Despesa		<u>21</u>	<u>27</u>	<u>32</u>

A Companhia não considera provável o risco de alteração na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), à qual estão sujeitas as operações com o BNDES que possam gerar prejuízos materiais para a Companhia.

Notas Explicativas

3.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas. As fontes de capital utilizadas nas operações são escolhidas com base numa série de valores, entre eles custo do financiamento, prazos de carência e de pagamento e de nível de alavancagem financeira. A Companhia busca minimizar o custo do seu capital, e para atingir tal objetivo poderá, entre outras medidas, aumentar ou reduzir o montante de empréstimos e outras obrigações, alterar a sua política indicativa de pagamento de dividendos, devolver o capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total dos empréstimos (curto e longo prazo), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida. Em decorrência da captação de recursos proveniente da oferta pública de ações e, conseqüentemente, o alto saldo caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2010 e 30 de setembro de 2011, a Companhia apresentou dívida líquida negativa, conforme demonstrado abaixo:

	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Total dos empréstimos (Nota 16)	79.098	94.825
Menos caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	<u>(230.076)</u>	<u>(380.875)</u>
Dívida líquida	<u>(150.978)</u>	<u>(286.050)</u>

3.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos, de no máximo 60 dias. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços são as habituais no mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis. As aplicações financeiras, representadas por aplicações em CDB (Nota 6) e classificadas como empréstimos e recebíveis, foram avaliadas com base na taxa de remuneração contratada junto a respectiva instituição financeira, considerada como taxa habitual de mercado.

Notas Explicativas

4 Instrumentos financeiros por categorias

	Empréstimos e recebíveis
	Outros passivos financeiros
Em 30 de setembro de 2011	
Ativos, conforme balanço patrimonial	
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	179.393
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	<u>230.076</u>
	<u>409.469</u>
Em 31 de dezembro de 2010	
Ativos, conforme balanço patrimonial	
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	140.366
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	<u>380.875</u>
	<u>521.241</u>
Em 30 de setembro de 2011	
Fornecedores (Nota 15)	249.820
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	79.098
Demais contas a pagar	<u>20.869</u>
	<u>349.787</u>
Em 31 de dezembro de 2010	
Fornecedores (Nota 15)	355.008
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	94.825
Demais contas a pagar	<u>18.613</u>
	<u>468.446</u>

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros não refletidas nas Informações Trimestrais - ITR, assim como não realizou operações com derivativos financeiros (*swap*, mercado e termo de opções, trocas de moedas ou indexadores, entre outros).

Notas Explicativas

5 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Contas a receber de clientes e outras contas a receber		
Grupo 1	107.633	87.631
Grupo 2	71.434	51.058
Grupo 3	<u>326</u>	<u>1.677</u>
	<u>179.393</u>	<u>140.366</u>
Contas correntes, depósitos bancários e aplicações financeiras		
Rating A	<u>230.076</u>	<u>380.875</u>

Grupo 1 - composto de valores a receber de administradoras de cartão de crédito e débito; Grupo 2 - composto de valores a receber de empresas conveniadas, receitas comerciais, cheques e outros vencidos até 90 dias ou a vencer; Grupo 3 - demais valores a receber vencidos a mais de 90 dias.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Caixa	8.378	8.877
Bancos	7.194	2.438
Aplicações financeiras - CDB	<u>214.504</u>	<u>369.560</u>
Saldo conforme balanço patrimonial	<u>230.076</u>	<u>380.875</u>
Contas garantidas (Nota 16)		<u>(28)</u>
Saldo conforme demonstrações dos fluxos de caixa	<u>230.076</u>	<u>380.847</u>
Transações que não envolveram caixa		
Aquisição de ativo imobilizado a prazo (Nota 15)	<u>2.727</u>	<u>4.169</u>

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata, cuja remuneração está representada substancialmente pela variação do índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Notas Explicativas

7 Contas a receber - clientes

	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Cartão de crédito	105.926	84.833
Convênios com empresas e outros	19.412	14.853
Cheques pré-datados e em cobrança	2.242	2.613
Cartão de débito	1.707	2.798
	<u>129.287</u>	<u>105.097</u>

O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes é de 30 dias, prazo esse considerado como parte das condições normais e inerentes das operações da Companhia; por esse motivo, não foram identificados saldos e transações para os quais o ajuste a valor presente fosse aplicável e relevante.

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010
A vencer	126.504	104.688
Vencidos até 30 dias	1.977	355
Vencidos de 31 a 60 dias	305	26
Vencidos de 61 a 90 dias	501	28
	<u>129.287</u>	<u>105.097</u>

A Companhia não registra provisão para créditos de realização duvidosa, uma vez que nas transações com administradoras de cartão o risco de crédito é transferido. Em relação aos demais saldos, a Companhia tem como política reconhecer perda em saldos vencidos superiores a 90 dias; com isso, não constitui provisão para créditos de realização duvidosa sobre as contas a receber de clientes.

8 Estoques

	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Estoque de mercadorias	364.743	307.490
Provisão para perdas de estoques	(4.915)	(3.623)
Estoques de almoxarifado	5.316	3.045
	<u>365.144</u>	<u>306.912</u>

Notas Explicativas

9 Impostos a recuperar

	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	8.815	6.297
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) substituição tributária	8.545	7.699
Antecipação de IRPJ e CSLL	2.823	
PIS e COFINS a compensar		2.972
Outros	2.006	1.510
	<u>22.189</u>	<u>18.478</u>

O ICMS a recuperar no montante de R\$ 8.815 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 6.297) refere-se, principalmente, ao crédito de ICMS apurado na transferência de produtos do centro de distribuição da Companhia, em São Paulo, para as lojas localizadas em outros Estados, cuja alíquota na transferência interestadual é inferior à alíquota de ICMS do Estado de São Paulo.

O ICMS - substituição tributária, no montante de R\$ 8.545 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 7.699), refere-se ao imposto retido antecipadamente pelo Estado de São Paulo por ocasião das aquisições dos produtos e que posteriormente foram transferidos para outros Estados. A Companhia possui autorização (através de Regime Especial) para compensação destes créditos, a qual vem sendo efetuada regularmente.

O saldo de PIS e COFINS em 31 de dezembro de 2010 - R\$ 2.972, refere-se ao valor atualizado de créditos de insumos do período de agosto de 2004 a março de 2009, proporcionais à receita obtida com a revenda de produtos monofásicos e outros insumos, que até a edição da Medida Provisória nº 451 publicada em 15 de dezembro de 2008, a administração da Companhia entendia como não sujeito a aproveitamento. De janeiro a setembro de 2011 e de 2010, foram compensados PIS e COFINS no montante de R\$ 2.972 e R\$ 4.012, respectivamente.

10 Outras contas a receber (ativo circulante)

	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Receitas comerciais	47.988	29.415
Provisão para crédito de realização duvidosa	(326)	(1.677)
Valores a receber - ICMS ST		4.407
Despesas antecipadas	3.922	3.749
Adiantamentos	2.208	968
Demais valores a Receber	1.964	1.294
	<u>55.756</u>	<u>38.156</u>

Para as demais contas a receber a Companhia tem como política constituir provisão para perda sobre os créditos vencidos há mais de 120 dias.

Notas Explicativas

11 Imposto de renda e contribuição social

(a) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

	2011		2010	
	Trimestre	Período de 9 meses	Trimestre	Período de 9 meses
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	19.311	64.665	3.092	4.257
Alíquota vigente - %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal	(6.566)	(21.986)	(1.051)	(1.447)
Itens de conciliação				
Juros sobre o capital próprio		4.382		
Efeitos tributários sobre adições permanentes	(450)	(1.145)	(60)	(124)
	<u>(7.016)</u>	<u>(18.749)</u>	<u>(1.111)</u>	<u>(1.571)</u>

(b) Composição do saldo do imposto de renda e da contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das Informações Trimestrais - ITR. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O montante de R\$ 19.581, refere-se ao benefício fiscal de 34% sobre o montante do ágio pago pela Grappa (Nota 1), deduzido da amortização do período, o qual tem como fundamento a expectativa de lucratividade futura.

Notas Explicativas

	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Diferenças temporárias	8.455	10.879
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	10.704	17.760
Benefício fiscal do ágio decorrente de incorporação	<u>19.581</u>	<u>23.777</u>
	<u><u>38.740</u></u>	<u><u>52.416</u></u>

Os valores de compensação são os seguintes:

	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010
A ser recuperado em até 12 meses	23.112	15.398
A ser recuperado depois de 12 meses	<u>15.628</u>	<u>37.018</u>
	<u><u>38.740</u></u>	<u><u>52.416</u></u>

A movimentação da conta de imposto de renda diferido é a seguinte:

	2011	2010
No início do período/exercício	52.416	45.756
Crédito no patrimônio líquido	486	8.333
Utilização Refis (Nota 18)	(3.570)	
Diferenças temporárias	(2.424)	2.050
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	(3.972)	1.764
Benefício fiscal do ágio decorrente de incorporação	<u>(4.196)</u>	<u>(5.487)</u>
No final do período/exercício	<u><u>38.740</u></u>	<u><u>52.416</u></u>

Notas Explicativas

As projeções sobre os lucros tributáveis futuros consideram estimativas que estão relacionadas, entre outros, ao desempenho da Companhia, assim como o comportamento do seu mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Os resultados reais podem diferir das estimativas adotadas. De acordo com essas projeções, o crédito tributário tem o seguinte prazo estimado de realização:

<u>Prazo</u>	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
2011	2.456	15.398
2012	14.000	17.987
2013	12.490	19.031
2014	8.393	
2015	1.401	
	<u>38.740</u>	<u>52.416</u>

Notas Explicativas

Exceto para a Loja Santo André, cujo prazo é indeterminado, os demais contratos de aluguel têm prazo entre cinco e seis anos.

Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui o presidente e os vice-presidentes. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	30 de setembro de 2011	30 de setembro de 2010
Honorários e encargos	4.142	3.863
Participação nos lucros - plano trienal		612
Participação nos lucros - plano anual	1.854	779
	<u>5.996</u>	<u>5.254</u>

A Companhia não tem a prática de conceder benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo.

Notas Explicativas**13 Imobilizado****(a) Composição do saldo**

	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações e benfeitorias</u>	<u>Equipamen e instalaç</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2009	3.088	67.839	25.3
Aquisição		37.489	15.0
Transferência		150	
Alienação		(190)	
Depreciação		(19.582)	(8.3)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>3.088</u>	<u>85.706</u>	<u>31.0</u>
Aquisição		26.685	9.0
Alienação		(370)	
Transferência		529	
Depreciação		(18.193)	(4.0)
Saldos em 30 de setembro de 2011	<u>3.088</u>	<u>94.357</u>	<u>37.0</u>
Custo total	3.088	190.184	85.0
Depreciação acumulada		(95.827)	(48.0)
Valor residual	<u>3.088</u>	<u>94.357</u>	<u>37.0</u>
Taxas anuais de depreciação - %		17 (*)	

(*) Taxa média calculada baseada no prazo de duração do contrato de aluguel de cada loja.

. Instalações - de 10 anos para 13,5 anos;
 Equipamentos - de 10 anos para 14 anos.

ITR - Informações Trimestrais - 30/09/2011 - RAIA S.A.

As novas taxas de depreciação entraram em vigor em 1º de janeiro de 2011.

Notas Explicativas

(c) Outras informações

Determinados ativos operacionais são arrendados por meio de contratos irrevogáveis, sujeitos a juros de, em média, 1,74% ao mês. Esses contratos têm prazo de duração entre dois e quatro anos e possuem cláusula de opção de compra, a qual já foi exercida pela Companhia. Dessa forma, esses contratos de arrendamento foram registrados nas Informações Trimestrais - ITR como compra financiada de bens, cujos saldos podem ser assim demonstrados:

	<u>30 de setembro de 2011</u>			<u>31 de dezembro de 2010</u>
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Benfeitorias	5.908	(5.213)	695	1.231
Equipamentos	3.836	(3.571)	265	520
Instalações	222	(111)	111	128
Móveis e utensílios	3.205	(1.698)	1.507	1.815
Veículos	4.600	(3.384)	1.216	1.769
Direito de uso de <i>software</i>	125	(125)		
	<u>17.896</u>	<u>14.102</u>	<u>3.794</u>	<u>5.463</u>

Os pagamentos futuros mínimos dos arrendamentos financeiros são os seguintes:

	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Não superior a um ano	532	1.642
Entre um e cinco anos	80	583
Efeito de desconto	<u>(115)</u>	<u>(308)</u>
Total arrendamento (Nota 16)	<u>497</u>	<u>1.917</u>

Aquisição	4.050	7.812	542	12.404
Alienação	(89)	(30)		(119)
Amortização	<u>(3.939)</u>	<u>(2.961)</u>	<u>(149)</u>	<u>(7.049)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	11.742	18.113	876	30.731
Aquisição	6.146	8.239	463	14.848
Alienação		(50)		(50)
Amortização	<u>(1.984)</u>	<u>(3.524)</u>	<u>(84)</u>	<u>(5.592)</u>
Saldos em 30 de setembro de 2011	<u>15.904</u>	<u>22.778</u>	<u>1.255</u>	<u>39.937</u>
Custo total	31.656	36.044	1.729	69.429
Amortização acumulada	<u>(15.752)</u>	<u>(13.266)</u>	<u>(474)</u>	<u>(29.492)</u>
Valor residual	<u>15.904</u>	<u>22.778</u>	<u>1.255</u>	<u>39.937</u>
Taxas anuais de amortização - %	17(*)	20	20	

(*) Taxa média calculada baseada no prazo de duração do contrato de aluguel de cada loja.

(b) Outras informações

A Companhia contrata empresas especializadas para desenvolvimento de softwares, não possuindo ativos intangíveis gerados internamente. As amortizações dos ativos intangíveis estão registradas na rubrica "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado.

O saldo de fundo de comércio (ponto comercial) é composto pelos valores pagos para cada loja, não havendo saldo individualmente relevante. Dentre os demais ativos intangíveis, o projeto de implantação do módulo contábil do sistema SAP possui montante individualmente relevante: 30 de setembro de 2011 - R\$ 8.812. A amortização teve início no momento em que o sistema entrou em operação, o qual ocorreu em 1º de abril de 2011.

Notas Explicativas

15 Fornecedores

	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Mercadorias	241.511	344.382
Imobilizado	2.727	4.169
Almoxarifado	1.927	1.439
Outros	<u>3.655</u>	<u>5.018</u>
	<u>249.820</u>	<u>355.008</u>

16 Empréstimos e financiamentos

	Taxa de juros média - %	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Moeda nacional			
BNDES	TJLP + 4,49 a.a.	71.891	81.856
Capital de giro - Indusval	14,75 a.a. prefix.	6.710	11.024
Arrendamento	1,74 ao mês	497	1.917
Conta Garantida - Safra	CDI + 6,16 a.a.	<u> </u>	<u>28</u>
		<u>79.098</u>	<u>94.825</u>
Parcela do circulante		<u>(25.991)</u>	<u>(27.368)</u>
Parcela do não circulante		<u>53.107</u>	<u>67.457</u>

O empréstimo da modalidade capital de giro junto ao Banco Indusval tem a finalidade de financiar a expansão de lojas e o capital de giro com vencimento previsto até novembro de 2012.

Os contratos de arrendamento têm como finalidade a expansão de lojas e aquisição de veículos e equipamentos. Os juros e o principal são amortizados mensalmente até o término dos contratos, que ocorrerá até setembro de 2013. Esses empréstimos são garantidos pelos mesmos bens objetos do arrendamento, no montante de R\$ 3.794 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 5.463) e por aval dos acionistas.

Os empréstimos junto ao BNDES têm como finalidade a expansão de lojas. Os juros e o principal são amortizados mensalmente até o término dos contratos, que ocorrerá até março de 2015. Esses empréstimos são garantidos por fiança bancária dada pelo Banco Itaú, ao custo de 2,2% a.a., que inclui as seguintes cláusulas restritivas: (i) relação dívida/Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA), para as seguintes datas: dezembro de 2010 e setembro de 2011 - 3,0; dezembro de 2011 - 2,8; setembro de 2012 até o vencimento - 2,50; (ii) LAJIDA/Despesa financeira líquida - 1,5, em todos os períodos semestrais. O contrato permite, a qualquer tempo, substituir a fiança bancária por outra fiança de instituição de primeira linha.

O valor de despesa, referente às fianças bancárias, apropriado ao resultado de janeiro a setembro de 2011 foi de R\$ 794 (janeiro a setembro de 2010 - R\$ 1.472 e terceiro trimestre de 2011 - (R\$ 110)

Notas Explicativas

(terceiro trimestre de 2010 – R\$ 525).

As parcelas de longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
2012	4.837	24.521
2013	20.376	17.895
2014	15.908	14.442
A partir de 2015	11.986	10.599
	<u>53.107</u>	<u>67.457</u>

17 Salários e encargos sociais

	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Salários a pagar	7.990	4.208
Provisão de férias	23.496	19.592
Provisão de 13º salário	11.336	
Provisão para participação nos lucros e bônus	5.408	10.684
INSS	7.409	5.687
FGTS	1.141	1.216
Outras	531	420
	<u>57.311</u>	<u>41.807</u>

18 Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)

Em setembro de 2006, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Excepcional - PAEX, com base na Medida Provisória nº 303 consolidando determinados impostos e contribuições que já se encontravam parcelados.

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941/09 e pela Medida Provisória nº 470/2009, efetuando a migração do saldo do PAEX para esse novo programa de parcelamento fiscal.

O programa foi consolidado em junho de 2011 pela Receita Federal, sendo a partir desta data, pago o montante de R\$ 103 por mês. Desde dezembro de 2009 até a homologação do pagamento, foi pago o montante de R\$ 77 por mês.

Notas Explicativas

A movimentação do REFIS pode ser assim demonstrada:

	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Saldo inicial	8.178	8.307
Pagamentos efetuados	(804)	(929)
Compensação Prejuízo Fiscal/Base Negativa	(3.570)	
Atualização monetária	456	800
Saldo final	4.260	8.178
Parcela do circulante	(1.160)	(1.033)
Parcela do não circulante	3.100	7.145

19 Provisão para contingências e obrigações legais

A Companhia possui processos administrativos e judiciais, de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas, decorrentes do curso normal de suas atividades.

A administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais relacionados às contingências e obrigações legais.

	Depósitos judiciais		Passivo contingente	
	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Tributárias (i)	1.795	678	291	221
Cíveis (ii)	112	115	2.286	2.009
Trabalhistas (iii)	2.204	1.615	2.474	1.951
	<u>4.111</u>	<u>2.408</u>	<u>5.051</u>	<u>4.181</u>

(i) Tributárias

Representadas por multas administrativas diversas, diferença de alíquota em transferências interestaduais, execuções fiscais e outras.

Notas Explicativas

(ii) Cíveis

A Companhia figura como ré em ações que discutem questões usuais e peculiares decorrentes da atividade que pratica, sendo na sua grande maioria ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo, como pedidos de indenização por protesto indevido de títulos e de relações de consumo (produtos com defeito, venda incorreta de medicamentos, abordagem de cliente em loja sob suspeita de furto etc.).

Em 30 de setembro de 2011, o montante provisionado está representado por 87 ações, das quais é ré, sendo que 61 encontram-se em 1ª instância e 26 em fase recursal (31 de dezembro de 2010 – 89). Dessas ações, 46 (31 de dezembro de 2010 - 48) são propostas perante os Juizados Especiais Cíveis, cujo teto máximo de condenação é de 40 salários mínimos, conforme estabelecido na Lei Federal nº 9.099/95. Quanto às demais ações, eventuais condenações em indenizações por danos morais desta natureza (relações de consumo) geralmente não ultrapassam 50 salários mínimos, conforme jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça que exerce o controle do arbitramento dos valores, de modo a não desvirtuar o instituto dos danos morais.

(iii) Trabalhistas

As principais contingências são decorrentes de ações ajuizadas por ex-empregados, requerendo indenizações, em especial o pagamento de horas extras de sobrejornada e referente ao intervalo para refeição não usufruído Integralmente, além de verbas previdenciárias incorporadas. Há ainda ações movidas por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços terceirizados, reivindicando vínculo empregatício diretamente com a Companhia ou a condenação subsidiária desta no pagamento dos direitos trabalhistas reclamados.

Existem ainda algumas ações movidas por sindicatos de classe reivindicando contribuições sindicais em razão da discussão da legitimidade da base territorial.

Em 30 de setembro de 2011, estavam em andamento 334 ações (31 de dezembro de 2010 - 288). Dessas ações 145 (31 de dezembro de 2010 - 131) ainda estão na 1ª instância, 124 (31 de dezembro de 2010 - 111) na 2ª instância, 18 (31 de dezembro de 2010 - 15) em fase de liquidação de sentença e 39 (31 de dezembro de 2010 - 31) em fase de execução.

A quase totalidade das ações tramita na Justiça do Trabalho. Apenas duas dessas ações são movidas perante a Justiça Cível Comum, pois foram ajuizadas por Sindicatos antes da Emenda Constitucional nº 45/2004. Essas ações estão em fase recursal, aguardando julgamento do Tribunal de Justiça do Estado.

A movimentação da provisão está a seguir demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	4.181
Adições e atualizações monetárias	1.248
Reversões	(2)
Pagamento	<u>(376)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2011	<u><u>5.051</u></u>

Notas Explicativas

Perdas possíveis (não provisionadas)

A Companhia está envolvida em outros processos relacionados a questões cíveis e trabalhistas, envolvendo "possível" risco de perda no montante de R\$ 2.422 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 1.568), que correspondem a 201 processos trabalhistas e 52 cíveis.

20 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 30 de setembro de 2011, está representado por 62.014.855 ações (31 de dezembro de 2010 - 61.042.763) ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de setembro de 2009, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 26.224, passando de R\$ 20.056 para R\$ 46.280. O aumento se deu através da utilização de parte da reserva de capital da Companhia, no valor total de R\$ 45.544, conforme saldo registrado no balancete de verificação levantado em 31 de agosto de 2009, após absorção dos prejuízos acumulados da Companhia, no montante de R\$ 19.320, sem emissão de novas ações, como assim permite o artigo 169, §1º da Lei nº 6.404/76.

Nessa mesma Assembleia Geral Extraordinária de 30 de setembro de 2009, foi deliberado o aumento do capital social da Companhia em virtude da incorporação da acionista Grappa Investimentos e Participações S.A. no montante de R\$ 4,62, com emissão de 2 (duas) novas ações ordinárias em substituição aos direitos de sócios dos seus acionistas que foram extintos em razão da citada operação. Destaque-se que o saldo remanescente do valor do acervo líquido incorporado pela Companhia foi contabilizado em contrapartida da reserva de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, conforme previsto no protocolo e na justificação da incorporação e aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2009.

Em face dos eventos ocorridos durante o exercício social de 2009 e acima descritos, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 46.280, representado por 20.056.265 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de outubro de 2010, foi aprovado o desdobramento das 20.056.265 ações ordinárias representativas do capital social da Companhia, de forma que cada 1 (uma) ação ordinária possuída naquela data, passe a ser representada por 2 (duas) ações ordinárias, mediante emissão e atribuição gratuita ao seu titular de 1 (uma) nova ação ordinária para cada ação possuída, de forma que o capital social, mantido o valor de R\$ 46.280, dividido em 20.056.265 ações ordinárias, passe a ser dividido em 40.112.530 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. As novas ações ordinárias manterão os mesmos direitos e vantagens que as ações ordinárias anteriormente emitidas pela Companhia. Nessa mesma Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberada a abertura de capital da Companhia, bem como a submissão de pedido de registro de companhia aberta perante a CVM, na categoria "A", nos termos da Instrução CVM no. 480/2009 e a adesão da Companhia ao segmento de listagem da BM&FBOvespa do Novo Mercado de Governança Corporativa.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de dezembro de 2010 deliberou, em função da abertura de capital, pelo aumento do capital da Companhia, que passou de R\$ 46.280 para R\$ 548.606 mediante a subscrição pública de 20.930.233 ações, determinando também a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações do lote suplementar.

A Companhia realizou Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias com adesão ao Novo Mercado da BM&FBOVESPA. O procedimento de *bookbuilding* resultou em um preço por ação de R\$ 24,00, que foi ratificado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 20 de dezembro de 2010, que verificou a subscrição da totalidade das Ações emitidas pela

Notas Explicativas

Companhia para o aumento de capital no âmbito da Oferta e homologou o aumento do capital, que passou a ser de R\$ 548.606, dividido em 61.042.763 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Não houve ágio na emissão e subscrição das ações.

A liquidação da oferta primária (recebimento dos recursos financeiros) ocorreu em 23 de dezembro de 2010. Os gastos relacionados à referida captação totalizaram R\$ 24.508 (R\$ 16.175, líquidos dos efeitos fiscais), sendo que parte significativa, R\$ 20.479, refere-se ao pagamento de honorários e reembolso de despesas aos bancos e corretores. O restante do valor se refere, substancialmente, ao pagamento de honorários de advogados, consultores e auditores. Durante o primeiro semestre de 2011, gastos relacionados à emissão complementar totalizaram R\$ 1.431 (R\$ 945, líquidos dos efeitos fiscais), sendo que parte significativa se refere aos honorários dos bancos relacionados ao *Green Shoe*.

Em 10 de janeiro de 2011, em decorrência do exercício integral da Opção de Ações Suplementares, o Conselho de Administração deliberou por novo aumento do capital, que passou de R\$ 548.606 para R\$ 571.936 por meio da emissão adicional de 972.092 ações. Em 13 de janeiro de 2011, o Conselho de Administração homologou este aumento do capital social em vista da subscrição e da liquidação destas ações. Desta forma, a partir desta data, o capital social da Companhia passou a totalizar R\$ 571.936, representado por 62.014.855 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária, ocorrida em 29 de abril de 2011, foi aprovada por unanimidade a proposta de destinação da totalidade do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para absorção dos prejuízos acumulados.

Conforme Ata de reunião do Conselho de Administração, realizada em 6 de maio de 2011, foi aprovada a outorga de 372.998 ações que poderão ser adquiridas com o exercício da opção de acordo com os termos do Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembléia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 21 de outubro de 2010. O preço de exercício das opções a serem outorgadas foi definido em R\$ 24,00 (vinte e quatro reais) por ação, corrigido monetariamente de acordo com a variação do Índice de Preços do Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE), no período entre a data de celebração dos contratos de opção e a data dos respectivos exercícios das opções.

(b) Distribuição de lucros

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

(c) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio foram calculados com base na variação da TJLP no período. Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio de R\$ 12.890 correspondente a R\$ 0,2078 por ação foi contabilizado como despesa financeira. Para fins de apresentação das demonstrações contábeis, foi efetuada a reversão do referido montante e considerado em conta específica, a débito no patrimônio líquido. O valor de juros sobre o capital próprio, bem como o imposto de renda na fonte, à alíquota de 15% estão apresentados no patrimônio líquido, até que ocorra a aprovação em Assembleia Geral até a data do fechamento da operação.

(d) Opções de compras de ações

Em 21 de outubro de 2010, em Assembléia Geral Extraordinária, foram aprovadas as Diretrizes de Elaboração e Estruturação de Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano”) por parte dos executivos e empregados de alto nível. As opções outorgadas poderão conferir direitos de aquisição sobre um número de ações que não exceda 5% das ações do capital social total da Companhia. Anualmente, ou quando julgar conveniente, o Conselho de Administração da Companhia elegerá os beneficiários em favor dos quais serão outorgadas opções, os prazos e condições de exercício das opções e quaisquer outras condições relativas a tais opções. Cada opção dará direito à uma ação ordinária, nominativa, escritural e

Notas Explicativas

sem valor nominal de emissão da Companhia. A Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro.

O preço de exercício das opções outorgadas foram fixadas com base na média da cotação das ações de emissão da Companhia na BM&FBovespa, ponderada pelo volume de negociação nos 30 últimos pregões que antecederam a outorga, corrigido monetariamente de acordo com o IPCA.

As opções outorgadas nos termos do Plano poderão ser exercidas, total ou parcialmente, desde que observados os seguintes prazos de carência:

Prazos de Carência (a partir da outorga das Opções)	Percentual de Opções passíveis de serem exercidas
1º ao 12º mês	25%
13º mês ao 24º mês	25% (mais sobras não exercidas)
25º mês ao 36º mês	25% (mais sobras não exercidas)
37º mês ao 48º mês	25% (mais sobras não exercidas)

Em 6 de maio de 2011, o Conselho de Administração da Companhia iniciou o programa de opções de compra de ações e emitiu 372.998 opções de compra de ações da própria Companhia com o preço de exercício de R\$ 24,00 por ação para os diretores e executivos da Companhia. As opções de ações foram distribuídas de forma individualizada para cada beneficiário e todas com data de outorga em 6 de maio de 2011. O prazo máximo para o exercício das opções é de sete anos a partir da respectiva outorga. As premissas de precificação foram: (i) preço de fechamento da ação na data da outorga era de R\$ 25,80; (ii) a taxa de juros livre de risco, foi considerada a curva de cupom de IPCA na data da outorga e, em média, foi 6,34%; (iii) a volatilidade esperada foi 42,40%; (iv) a taxa de dividendos esperada foi de 0,59%. Por ser uma Companhia recém-listada, não possui informação suficiente sobre a volatilidade histórica de suas ações, por isso a Companhia considerou a volatilidade histórica e a taxa de dividendos de entidades similares seguindo um período comparável de suas vidas. O valor unitário total, considerado os prazos de carências, foi de R\$ 10,75.

O quadro a seguir, resume a reunião do Conselho de Administração e as premissas utilizadas no modelo binomial de precificação:

Notas Explicativas

Plano de Opções de compra de Ações	
Data da reunião do Conselho de Administração	6 de maio de 2011
Total de Opções concedidas	372.998
Preço Médio de exercício da Opção	24,00
Valor Justo Unitário Médio da Opção na data da outorga	10,75
Volatilidade estimada do preço da ação	42,40%
Dividendo esperado	0,59%
Taxa de retorno livre de risco	6,34%
Duração da Opção (anos)	7

As variações na quantidade de opções de compra de ações em aberto e seus correspondentes preços ponderados do exercício estão apresentados a seguir:

	2011	
	Preço médio de exercício por ação em reais	Opções
Em 31 de março		
Concedidas	24,00	372.998
Caducadas		
Exercidas		
Vencidas		
Em 30 de setembro	24,00	372.998

Em 30 de setembro de 2011, das 373 mil opções em aberto, não haviam opções de ações exercíveis e não foram liquidadas (exercidas e/ou expiradas) nenhuma opção de ação.

Para o período de três meses findo em 30 de setembro de 2011, a Companhia registrou no patrimônio líquido um resultado com remuneração baseada em ações no montante de R\$ 251, sendo a contrapartida na demonstração de resultado como custo pessoal.

Notas Explicativas

21 Receita líquida de vendas

	2011		2010	
	Trimestre	Período de 9 meses	Trimestre	Período de 9 meses
Medicamentos sujeitos à prescrição médica				
Marca	257.746	713.921	208.663	581.434
Genérico	63.248	169.800	45.667	125.760
Produtos <i>Over The Counter</i> (OTC)	112.854	314.521	91.384	262.330
Produtos de perfumaria	170.776	478.584	135.295	380.009
Serviços	454	1.333	443	1.373
Receita bruta de vendas	<u>605.078</u>	<u>1.678.159</u>	<u>481.452</u>	<u>1.350.906</u>
Impostos sobre vendas	(17.144)	(47.455)	(13.422)	(37.388)
Devoluções sobre vendas	<u>(4.040)</u>	<u>(11.906)</u>	<u>(3.816)</u>	<u>(10.610)</u>
Receita líquida de vendas	<u>583.894</u>	<u>1.618.798</u>	<u>464.214</u>	<u>1.302.908</u>

Produtos OTC - incluem Medicamentos OTC (de marca e genéricos), vitaminas, produtos fitoterápicos, produtos para visão, equipamentos de saúde, produtos para primeiros socorros, produtos nutricionais e dietéticos e produtos de conveniência.

22 Custo das mercadorias vendidas

	2011		2010	
	Trimestre	Período de 9 meses	Trimestre	Período de 9 meses
Custo das mercadorias vendidas	474.904	1.307.196	376.866	1.041.471
Bonificações comerciais, líquidas dos impostos	<u>(49.591)</u>	<u>(127.861)</u>	<u>(31.083)</u>	<u>(71.938)</u>
	<u>425.313</u>	<u>1.179.335</u>	<u>345.783</u>	<u>969.533</u>

23 Outras despesas operacionais, líquidas

Referem-se, substancialmente, às despesas incorridas na abertura de lojas (Nota 25), bem como às perdas nas vendas de bens de ativo imobilizado e outras despesas.

Notas Explicativas

24 Resultado financeiro

	2011		2010	
	<u>Trimestre</u>	<u>Período de 9 meses</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Período de 9 meses</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(2.099)	(7.783)	(6.903)	(20.561)
Comissões bancárias	110	(794)	(526)	(1.473)
IOF	(99)	(307)	(135)	(741)
Variação monetária passiva		(206)	(513)	(526)
Outras despesas financeiras	(240)	(920)	(302)	(529)
	<u>(2.328)</u>	<u>(10.010)</u>	<u>(8.379)</u>	<u>(23.830)</u>
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicação financeira	6.015	21.627	108	123
Descontos obtidos	98	384	81	237
Variação monetária ativa - crédito PIS e COFINS		60	325	740
Outras receitas financeiras	14	83	202	398
	<u>6.127</u>	<u>22.154</u>	<u>716</u>	<u>1.498</u>
Resultado financeiro	<u>3.799</u>	<u>12.144</u>	<u>(7.663)</u>	<u>(22.332)</u>

25 Despesas pré-operacionais

As despesas pré-operacionais deixaram de ser contabilizadas no ativo diferido a partir de 2009, sendo o montante de despesas incorridas na abertura de lojas demonstrado no quadro abaixo:

	2011		2010	
	<u>Trimestre</u>	<u>Período de 9 meses</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Período de 9 meses</u>
Despesas com pessoal	643	848	494	908
Despesas gerais e administrativas	647	1.378	720	1.304
Despesas com marketing	593	1.105	329	538
Despesas tributárias	26	36		54
	<u>1.909</u>	<u>3.367</u>	<u>1.543</u>	<u>2.804</u>

Notas Explicativas

26 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	30 de setembro 2011	30 de setembro de 2010
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	45.916	2.686
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	<u>62.014.855</u>	<u>40.112.530</u>
Lucro básico por ação - R\$	<u>0,74</u>	<u>0,07</u>

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia não mantém nenhuma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas; desta forma, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação.

27 Seguros

A Companhia tem a política de manter apólices de seguros em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros que possam atingir seu patrimônio. Considerando a natureza de suas atividades, a Companhia mantém, em 30 de setembro de 2011, cobertura de seguros contra os seguintes riscos:

<u>Natureza</u>	Locais com LMI (ii) até R\$ 1.500 mil
Incêndio, raio e explosão de qualquer natureza	3.000
Perda de aluguel decorrente de incêndio, raio e explosão de qualquer natureza	180
Danos elétricos	100
Equipamentos eletrônicos	60
Alagamento/inundação	300
Tumultos, greves, <i>lock-out</i>	150
Veículos	Tabela FIPE (i)
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, queda de aeronaves, impacto de veículos terrestres e fumaça	300

Notas Explicativas

Natureza	Locais com LMI (ii) superior a R\$ 1.500 mil
Incêndio, raio e explosão de qualquer natureza	6.500
Perda de aluguel decorrente de incêndio, raio e explosão de qualquer natureza	900
Danos elétricos	100
Equipamentos eletrônicos	60
Alagamento/inundação	300
Tumultos, greves, <i>lock-out</i>	150
Veículos	Tabela FIPE (i)
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, queda de aeronaves, impacto de veículos terrestres e fumaça	300
Natureza	Centros de Distribuição
Incêndio, raio e explosão de qualquer natureza	170.000
Perda de aluguel decorrente de incêndio, raio e explosão de qualquer natureza	2.000
Danos elétricos	1.500
Equipamentos eletrônicos	1.500
Alagamento/inundação	300
Tumultos, greves, <i>lock-out</i>	1.000
Derrame de Sprinkler	3.000
Veículos	Tabela FIPE (i)
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, queda de aeronaves, impacto de veículos terrestres e fumaça	3.000
Natureza	Matriz e Centro de Treinamento
Incêndio, raio e explosão de qualquer natureza	15.000
Perda de aluguel decorrente de incêndio, raio e explosão de qualquer natureza	2.000
Danos elétricos	300
Equipamentos eletrônicos	1.600
Alagamento/inundação	150
Tumultos, greves, <i>lock-out</i>	300
Derrame de Sprinkler	1.000
Veículos	Tabela FIPE (i)
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, queda de aeronaves, impacto de veículos terrestres e fumaça	300

(i) Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).

(ii) Limite máximo de indenização.

As apólices de seguro têm vigência de 1º de março de 2011 a 1º de março de 2012, sendo negociadas sucessivamente dentro da política de cobertura de seguros da Companhia.

Notas Explicativas

28 Compromissos

A Companhia tem contratos de aluguel por período variável de tempo, a expectativa é de que esses contratos continuem sendo renovados, não havendo cláusula de opção de compra ou restrições a dividendos, juros sobre o capital próprio, dívida adicional e posterior arrendamento mercantil. Os contratos são reajustados anualmente com base substancialmente no IGP-M.

Os gastos com aluguéis anuais variam de acordo com a quantidade de lojas inauguradas. Em 30 de setembro de 2011, os gastos com esses contratos de aluguel foram de R\$ 47.250 (30 de setembro de 2010 - R\$ 36.069).

Em 30 de setembro de 2011, os pagamentos mínimos futuros dos aluguéis de lojas estão demonstrados a seguir:

	<u>2011</u>
Até um ano	64.918
De um a cinco anos	150.985
Superior a cinco anos	<u>34.031</u>
	<u><u>249.934</u></u>

Adicionalmente, os contratos de seis lojas prevêem o pagamento de aluguel variável com base em percentual de 3% a 5% sobre as vendas.

A Companhia não dispõe de outros compromissos de compra de longo prazo com terceiros ou com acionistas.

29 Participação dos empregados nos lucros

A Companhia mantém um Plano de Participação (PLR) que obedece a critérios previamente acordados e aprovados, provendo-se a distribuição para cada empregado de valores variáveis de acordo com os cargos e funções exercidos. No período findo em 30 de setembro de 2011 foram registrados R\$ 7.590 (30 de setembro de 2010 - R\$ 6.526), a título de participação nos lucros. .

30 Eventos subsequentes

Em reunião do Conselho de Administração de 24 de outubro de 2011 foi deliberado: (a) *ad referendum* da Assembleia Geral, a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante de R\$ 12.890 correspondente a R\$ 0,2078 por ação, com base na composição acionária de 25 de outubro de 2011; e (b) o cancelamento do plano de opção de compra de ações e o pagamento em dinheiro da quantia a que os beneficiários do plano fariam jus no montante de R\$ 4.010.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Raia S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Raia S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e de nove meses findos nessa data, bem como as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração intermediária do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração intermediária do valor adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de novembro de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira
Contador CRC 1RJ056588/O-8 "S"